

A PELEJA DO VELHO COM O NOVO

MEMÓRIA E MODERNIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE

LUÍRA FREIRE MONTEIRO
FLÁVIO CARREIRO DE SANTANA



Nativa


NUPEHL

A Peleja do Velho com o Novo:

Memória e
modernização
em Campina
Grande



Editor

Lucas Manoel Freire Monteiro Cabral

Conselho Editorial

**Luíra Freire Monteiro
Flávio Carreiro de Santana
Emerson M. Alves Silva**

Conselho Científico

Bruno Rafael de A. Gaudêncio (IHCG)	Maria Liége Freitas Ferreira (UFCC)
Eliton S. Medeiros (UFPB)	Laudemiro L. de Figueiredo Filho (IHGB)
Flaubert Barros Leira (HGGP)	Lucira Freire Monteiro (UEPB)
Flávio Carreiro de Santana (NUPEHL)	Luíra Freire Monteiro (UEPB)
Glauber Paiva da Silva (UFPE)	Luiz Carlos dos Santos (IHGAN)
Hélio de Sousa Ramos Filho (UFPB)	Maria de Lourdes Lopo Ramos (UEPB)
Hilmária Xavier Ribeiro (NUPEHL)	Maria Ida Steinmuller (IHCG)
Iordan Queiroz Gomes (NUPEHL)	Thomas Bruno Oliveira (IHGP)
João Pereira Silva Neto (IHLS)	Thuka Kércia Morais de Lima (MDCCG)
José de Sousa Pequeno Filho (IHSB)	Vanderlei de Brito (IHCG)
Juvandi Dos Santos Silva (UEPB)	Vicentina Ramires (UFRPE)

Conselho Científico

Designer gráfico	Emerson M. Alves Silva
Capista	George Tenório Pinto
Revisão linguística	Vanuza de Oliveira Barbosa
Normalização técnica	Wellington Figueiredo



Luíra Freire Monteiro | Flávio Carreiro de Santana

A Peleja do Velho com o Novo:

•

Memória e modernização em Campina Grande

Nativa 

Edições Nativa

2021



Copyright 2021 – Autores
ISBN 978-65-00-17785-5

**Ilustração da capa:
Tropeiros na rua principal da urbe
modernizada.
Detalhe, ao fundo, da Associação
Comercial de Campina Grande.**

Capa: George Tenório da Silva

**Contato com os autores:
edicoesnativa@gmail.com**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

**É proibida a reprodução total ou parcial,
de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº
9.610/1998) é crime estabelecido no artigo
184 do Código Penal.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Monteiro, Luíra Freire
A peleja do velho com o novo [livro eletrônico] :
memória E modernização em Campina Grande / Luíra
Freire Monteiro, Flávio Carreiro de Santana. --
Campina Grande, PB : Nativa Edições, 2021.
ePub

ISBN 978-65-994599-0-0

1. Campina Grande (PB) - Descrição 2. Campina
Grande (PB) - História 3. Campina Grande (PB) -
Iconografia 4. Patrimônio arquitetônico - Campina
Grande (PB) 5. Patrimônio histórico - Campina Grande
(PB) I. Santana, Flávio Carreiro de. II. Título.

21-62628

CDD-981.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Campina Grande : Paraíba : História 981.33

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Edições Nativa

2021

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo I A cidade como objeto da história	9
Capítulo II Lembrar Campina: um exercício de saudade	20
Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande	28
Catedral de Nossa Senhora da Conceição	30
Casa “Inglesa”	32
Estação Velha	34
Museu da Furne	37
Casas da rua Peregrino de Carvalho	39
Pavilhão Eptácio Pessoa	40
Indústria Marques de Almeida e Cia.	42
Empresa Anderson Clayton e Cia.	44
Colégio Imaculada Conceição	46
1º Igreja Batista de Campina Grande	48
Cassino Eldorado	50
Prédio do IHCG – antiga Câmara Municipal	53
Prefeitura Municipal de Campina Grande	55
Correios e Telégrafos	57
Palácio Episcopal	59
Cine São José	61
Estação Nova.....	63
Considerações Finais.....	65
Referências	67

Introdução

As cidades constituem-se numa produção social e cultural. Criação de homens que circunscrevem seus caminhos, constroem seus sonhos, liberam seus desejos, materializando em formas seus símbolos culturais, provocando reações que revelam vidas passadas, visões de mundo, percepções do presente, anseios futuros, enfim, revela a própria história como um tempo em modificação.

Os bens arquitetônicos ou as particularidades topográficas de uma cidade, enquanto composições de formas, também se constituem como reproduções de um passado que pode ser observado, resgatado e utilizado para edificar a memória de um povo.

Porém, essa reprodução do passado, acompanhando o próprio ritmo da cidade em constante transformação de construção/desconstrução de relações sociais, se não preservada e registrada, torna-se vazia de contexto, perdendo-se o conhecimento de sua origem, de suas referências, da própria identidade.

É correto afirmar que a sedução pelo moderno se intensificou a partir da segunda metade do século XX, quando as cidades estão completamente entregues ao jogo cumulativo de capitais e o cidadão se vê atordoado em diferentes tramas, contextos e espaços, sempre carentes de novidades. Eis o signo do moderno.

Marcado pelo frenesi e ritmo acelerado de tantas novidades, o homem sente-se, talvez, alienado, por que é pelo novo, pela ação do “progredir destruindo”, que ele acaba por se desconectar de sua origem, de suas referências, desfazendo-se da memória que o cerca, tornando-se, enquanto cidadão, um ser incompleto e confuso socialmente e existencialmente, pois não entende quê desempenho exerce dentro daquela conjuntura em que vive.

Segundo essa problemática atual das cidades, dos homens e da história em risco de desmemorização, é cada vez mais crescente o debate sobre o patrimônio cultural da humanidade somado através dos tempos. A discussão discorre sobre a importância representativa desse patrimônio, bem como os mecanismos de registro e resguardo como proteção ao mesmo.

Em Campina Grande vem acontecendo, por longos anos, o que comumente é vivido por outras cidades metropolitanas, polarizadas de grande movimento populacional e crescimento urbano. São problemas de falta de segurança, infraestrutura, maus serviços básicos (como saúde, educação, lazer). O espaço urbano campinense vem sofrendo constantes alterações, de maior ou menor intensidade, seguindo a velocidade do tempo. Aos poucos, vai se despidendo de seus traços mais antigos, alterando o desenho de suas ruas, lugares públicos e de suas edificações, perdendo a originalidade e a memória construída.

Assim, sabendo que os bens arquitetônicos representam uma verdadeira composição histórica anunciadora e denunciadora de uma época, estando eles representados no terceiro grupo de elementos que compõe o patrimônio cultural de um povo, empenhamo-nos em conhecer os bens culturais históricos/arquitetônicos de Campina Grande, através de seu patrimônio e modernização, sendo esta pretensão nosso maior objetivo nessa oportunidade.

Como objetivos específicos a serem alcançados, buscamos: conhecer o desenvolvimento históricos de Campina Grande, entendendo-o como causa e consequência da materialização dos bens culturais que compõem seu patrimônio; contextualizar os bens culturais no panorama histórico do desenvolvimento campinense; proceder o levantamento das principais características dos bens culturais campinenses, tais como ano da fundação, técnicas de construção e aformoseamento, proprietários, estado de conservação, estilos e qualidades arquitetônicas, usos e funções dos mesmos, entre outros existentes, no sentido de catalogá-los; registrar as percepções e sentimentos de antigos habitantes da cidade em relação às modificações urbanas ocorridas neste século e aos bens culturais de maior representatividade no contexto do patrimônio histórico campinense.

A problematização apresentada consistia em desvendar os seguintes questionamentos: em que estado de conservação encontram-se os bens culturais campinenses? Quais suas principais características? Quais as lembranças existentes entre os habitantes de Campina Grande às características da antiga cidade? Qual o ponto de vista desses habitantes sobre as alterações ocorridas no espaço urbano campinense? O que está sendo feito pelas autoridades para manter-se preservado esses bens?

Entretanto, antes de prosseguir a nossa apresentação, encaminhamos um importante lembrete: tais resultados constituem a amostra de uma pesquisa realizada há quase duas décadas, financiada, apresentada e aprovada pelo Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba. O texto, contudo, se mantém atual diante da problemática

da memória social e patrimonial vivida constantemente pela cidade de Campina Grande, afeita as novidades urbanas, e igualmente omissa em preservar o seu próprio passado.

Capítulo I

A cidade como objeto da história

Após a expansão industrial no século XIX, foi crescente o número de estudiosos que passaram a dedicar-se à produção de pesquisas relativas às cidades, trazendo a problematização para o urbano. No Brasil, estudos dessa natureza são mais recentes e mesmo sendo objeto de pesquisa de geógrafos, arquitetos e urbanistas, sociólogos, economistas, antropólogos, os trabalhos sobre o urbano entre os historiadores ainda constitui um campo pouco explorado (BRESCIANNI, 1998, p. 243).

Assim, caída na teia das discussões, hoje a cidade não pode ser definida apenas por um conjunto de coisas (casas, praças, prédios, viadutos, avenidas, etc.). Ela tece relações entre homens, desenvolve a sociabilidade, cria lembranças.

A aparência da paisagem urbana reproduz a história, enquanto manifestação de formas, de movimentos, que revelam vários momentos da própria história, numa multiplicidade de tempo. Enquanto construção do processo histórico, a cidade ganha materialização completa, diferenciada, em funções de determinações diversas e específicas, criando estruturas e empregos distintos (CARLOS, 1999, p. 57).

O desenho das ruas, praças, templos, de variadas construções, podem ser lidos e decifrados por sua arquitetura que registra a memória, para construir a história (ROLNIK, 1995, p. 17). Enfatiza-se ainda que a edificação do espaço através de marcos e monumentos constitui ainda numa significação de símbolos representados pelo o homem no seu tempo (CARVALHO, 1999, p. 101), que deve ganhar a tão importante contribuição do resgate das emoções e sentimentos que os cercam, como justificativa do seu processo histórico para sua especialidade (CARLOS, 1999, p. 25).

Sob a ótica que o patrimônio cultural é o produto das expressões e representações concretas ou abstratas, sejam elas surgidas do pensar, sentir ou agir humano (PELLEGRINI

FILHO, 1997, p. 90), podemos classificar as formas arquitetônicas de uma sociedade, segundo LEMOS (1987), como bens culturais, que formam o terceiro grupo de elementos composto pelo patrimônio históricos e artístico de uma sociedade, compreendendo também os artefatos e objetos.

Os debates sobre a conservação, restauração, proteção, interação, reconstrução, revitalização dos bens arquitetônicos vieram acontecer em fins do século XIX, na Europa. No Brasil, em 1934, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto para a Constituição, considerada moderna e progressista para a época, visto seu teor de organização e contemplação de objetivos. Tinha ele a finalidade de desenvolver a cultura por meio da preservação dos objetos de interesse histórico e artístico (PELLEGRINI FILHO, 1997, p. 102).

Entre as décadas de 1960/1970, em pleno governo militar, insignificantes incentivos de preservação de bens culturais foram dados. Também não se estimulou a criação de outros órgãos que registrassem e resguardassem o patrimônio histórico e artístico, como o SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo apenas em fins da década de 1970, durante a crise daquele governo, criado órgãos municipais, estaduais e federais, com os estes propósitos. Durante os anos de 1990 também foram criados o IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural) e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Entendo a memória como uma construção social, imagem de uma identidade cultural, coletiva e emocional, organizada por uma legitimação simbólica do universo das pessoas, coisas, imagens e relações (MENESES, 1999, p. 22), e frente às transformações atuais da modernidade/pós-modernidade que levam esta memória a enfrentar o risco de ser esquecida, ações como restaurações, tombamentos e preservações, podem servir de auxílio na sua manutenção, para que ela viva e seja repassada aos posteriores.

Para PELLEGRINI FILHO (1997), a restauração consististe numa possibilidade de manter arquiteturas, dando-lhes utilidade social, e o tombamento seria uma “preservação ativa” do bem para que ele seja usado pela comunidade, evitando sua sacralização.

Para tanto, a não sacralização só é possível quando a comunidade se identifica com os bens que representam a identidade dessa coletividade, tendo a consciência de que ele é a prova materializada da evolução histórica e cultural de sua sociedade, pois quando o homem se defronta com um bem o que não ajudou a construir, cuja história desconhece, cuja

memória lhe é estranha, esse mesmo lugar será sede de uma vigorosa alienação (SANTOS apud CARVALHO, 1999, p. 104). Então, é necessária que haja uma educação da população no sentido de fazê-la despertar para a importância que os bens culturais arquitetônicos representam, enquanto parte da sua própria história, a construção da memória.

Todavia, o patrimônio histórico e artístico vive em constante peleja para manter-se inteiro, frente ao modismo do progresso na cidade (muitas vezes imaturos em suas implicações), com esta sendo permanentemente alterada (LEMOS, 1987, p. 19), num processo de construção/desconstrução. É por essa peleja contra o novo e para manter o velho, que há a necessidade de registrar as informações que não tem mais garantia de permanência, pois depende de nós a preservação dos nossos bens culturais, que enriquecem nossa memória, enquanto ela se faz presente.

No entanto, para construir a história e entender o valor da memória através da sua arquitetura, é preciso entender os seus objetos e referências, como símbolos de significação e relações de sua identidade cultural (PIRES, 2001, p. 102). Assim, é necessário conhecer um pouco do processo histórico campinense, cujos bens arquitetônicos configuram nosso objeto de estudo.

Campina Grande como objeto da nossa história

Os princípios de Campina Grande devem-se à passagem do capitão-mor dos sertões, Teodósio de Oliveira Ledo, em posse de alguns índios Ariús (originários da ribeira do Piranhas), que aqui os aldeou, lançando os fundamentos do arraial. Ainda se desconhece ou não se tem precisão do que teria motivado Teodósio a aldear índios nesta região.

De certo, o que lhe despertou atenção foi o clima ameno, a mata, a riqueza de seu solo e a localização geográfica que se encontrava (ALMEIDA, 1962, p. 35), a qual deve-se como centro de quatro rotas de passagem (brejo, agreste, cariri e caatinga). Desde o início da povoação foi a terra chamada Campina Grande.

Típico da formação estrutural sertaneja-brasileira, Campina viu-se crescer assentada no latifúndio pecuarista (SILVA, 2000, p. 15) e na lavoura de subsistência, após, como é pertinente lembrar, ter-se dado uma fase de violenta repressão e apresamento de índios.

Ressalva Epaminondas Câmera que, na localização do sítio “silvícola”, chamado por “Barroca” (este sítio estava localizado onde hoje se encontra a rua Vila

Nova da Rainha), posteriormente deu origem a primeira rua do povoado, formado por casebres de taipa e telhas (CÂMARA, 1998, p. 23). Construiu-se uma capela (no mesmo lugar da atual Catedral de Nossa Senhora da Conceição) por volta de 1759 (ALMEIDA, 1962, p. 38), dando às costas para a rua da Barrocas, e que concentrará a sua volta o primeiro ponto comercial do povoado.

Seu crescimento comercial dependeu de sobremodo das “casas de farinha” ou “engenhos de farinha de pau”, sendo estas o primeiro exemplo de indústria campinense (CÂMARA, 1998, p. 28). Produzida pela mandioca, o fabrico de farinha constituiu-se uma especialidade campinense, tornando-se, por isso, o ponto de convergência de tropeiros e boiadeiros sertanistas, que usavam o largo da capela como ponto de trocas de produtos.

Observando as perspectivas de progresso, passou o povoamento humildemente a freguesia, em 1769, recebendo a invocação de Nossa Senhora da Conceição, desvinculando-se da freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri de Fora (o nome adotado para a freguesia era quase impronunciável: Nossa Senhora da Conceição da Campina Grande do Sertão do Cariri de Fora). Estas mesmas perspectivas de um futuro promissor contribuíram para que em 20 de outubro de 1790 fosse a freguesia elevada à categoria de vila, denominada Vila Nova da Rainha, alusão homenageando Dona Maria I, mas que, no entanto, não foi aceita pelos moradores que continuaram a chamá-la Campina Grande. Sobre os aspectos de vila, nos dá Epaminondas Câmara um panorama ilustrativo:

Talvez a vila ainda não tivesse cem casas. Três ruazinhas: a das Barrocas, de edificação passada e senhorial, de barro com enxamel de madeira grossa, sótão e janelas de urupema; a do Oitão da Igreja, de casebres achapados; em linha paralela à nascente do templo e o largo da Matriz, que fechava em ângulo reto com a extremidade norte daquela e tomava a direção norte (CÂMARA, 1999, p. 40).

Embora que seu desenvolvimento social, político e comercial, tenha decorrido de forma lenta (ALMEIDA, 1962, p. 23), principalmente por causa do Brejo de Areia, alguns passos progressivos foram dados. Por exemplo, foi construída a primeira cadeia, entre 1812-1814, onde também servia o prédio para a “Casa da Câmara”. Em 1829 iniciaram algumas obras para a construção do Açude Velho, e por volta de 1830 também as obras para a construção do Açude Novo (este nunca resistia as estiagens prolongadas, como o Açude Velho que parecia sempre prestativo para o abastecimento de água).

A construção desses dois açudes veio a colaborar para acumular na vila um grande número de forasteiros e outros fugitivos da seca, formando uma grossa camada de marginalizados. Em 1826, Baltazar Luna concluiu a construção do primeiro mercado público

de Campina Grande, trazendo para a sua frente a feira antes realizada numa “alpendrada” no Largo da Matriz. Serviu o prédio do “Comércio Velho” de Baltazar Luna (considerado um suntuoso prédio na época) para abrigar famílias, e a sua frente acampamento para ciganos (PIMENTEL, 1958, p. 23), além de contribuir para abrir e urbanizar novas artérias de ruas, como a do Meio (depois conhecida como “Rua de Baixo”, atual Afonso Campos) e do Seridó (atual Maciel Pinheiro, também conhecida como “Rua Grande, da Feira e Uruguaiana”).

Em 1831 o bispo de Olinda autoriza que seja erguida uma nova capela, pela invocação de Nossa Senhora do Rosário. Em 1847 estava concluída a igreja, passada por uma reforma em 1899.

Aos poucos a vila ia ganhando a simpatia dos fazendeiros circunvizinhos, que nela montavam morada, aumentando sua frequência, visita e estadia. Curioso é notar que as antigas e primeiras famílias de tronco “Oliveira Ledo”, que fixaram moradas na rua das Barrocas, foram perdendo o seu prestígio/status social/político, à medida que ganhava força o grupo de forasteiros e aventureiros da vila, que fixavam residência nas ruas do Seridó e do Meio, então centro comercial mais representativo da época, compreendido a partir dos fins da primeira metade do século XIX, responsáveis também por um primitivo reordenamento do espaço urbano.

Porém, observa Câmara que ao ser Campina Grande elevada à categoria de cidade a 11 de outubro de 1864 (sendo a quinta da Paraíba em ordem cronológica), não se encontrava nela qualquer sinal de organização urbana ou requinte arquitetônico:

Campina, não obstante as novas construções, era a mais mal edificada de todas [as cidades]... Tinha três largos, quatro ruas e cerca de trezentas casas, destacando-se, na paisagem urbana, as igrejas Matriz e do Rosário, a cadeia e as duas casas de mercado (CÂMARA, 1998, p. 49).

A segunda casa de mercado a qual Epaminondas Câmara refere-se acima, era o “Mercado Novo”, sendo seu proprietário Alexandrino Albuquerque Cavalcante, localizada na “Rua Grande”, e que deslocaria mais uma vez a tradicional feira do Mercado Velho. Nesta mesma rua deu-se a construção elegantes sobrados.

Após um período de estagnação, a cidade voltaria a desenvolver-se durante a primeira metade do século XIX. Além da grande importância da farinha, Campina começava a envolver-se com o mercado de algodão. Outras ruas surgiram: “Rua da Lapa” (atual 15 de novembro, começou nos currais da feira de gado e estendeu-se até a rua do Seridó), “do Progresso” (seguia a antiga estrada do sertão começando no largo do Rosário) e “do

Emboca” (atual rua Peregrino de Carvalho). Também apareceu as primeiras casas ao redor do Açude Novo, que posteriormente formariam o atual bairro do São José.

Campina insurgiu-se ainda com alguns movimentos sociais, como o Ronco da Abelha (1851), a sedição dos “Quebra-Quilos” (1874-1875) e a reação dos “Rasga-Vales” (1895). O primeiro movimento tinha caráter popular dado em protesto contra a ordem imperial de certificar por registro os nascimentos e óbitos, julgando tal ordem ser uma ameaça à liberdade e um passo para a escravidão. A segunda sedição também teve caráter popular ressurgindo contra os impostos cobrados, os pesos e as medidas impostas pelo Governo Imperial, arrolando ainda outras insatisfações e revoltas que acabaram sendo acrescentadas no momento da agitação. A terceira reação deu-se por razões intimamente políticas, envolvendo os partidos conservadores e republicanos, onde estes saíram rasgando vales (que equivaliam a dinheiro na época) de alguns comerciantes daquele partido, desencadeando uma inquietação popular local, que ao fim de tudo foi a real prejudicada.

No início do século XX, mais precisamente depois da chegada da estação ferroviária “Great Western” em 1907, a cidade sofreu um surto populacional, urbano e cultural ainda maior que outros tempos, levando até mesmo a imponente e importante cidade de Areia a estagnação.

A cidade ganhava mais proporções urbanas: apareceram as primeiras casas do “Bairro das Piabas” (atual Treze de Maio), “da Cadeia Nova” (localizava-se no lado sul da atual Praça Clementino Procópio), algumas construções da “Rua dos Armazéns” (atua Marquês do Herval) e nos becos do Peixinho (atual Cardoso Vieira), “de Neco Belo” (hoje travessa Cavalcante Belo), “do Lindolfo” (atual Travessa Lindolfo Montenegro) e beco “do Açougue” (hoje rua Monsenhor Sales). Porém, até a chegada da ferrovia, Campina comportava-se e vivia como em 1864, sem avanços ou nem progressos assustadores.

Após a vinda do trem Campina Grande modifica seus modos de vida, surgem novas culturas populares urbanas, através das artes populares e locais de entretenimento, como bem era típico das cidades em crescimento na Primeira República (MORAES, 1994, p. 07).

Eram formadas as primeiras organizações, sociedade e outras instituições, com as mais variadas finalidades, como, por exemplo, o “Grêmio de Instrução” em 1907 (ministrava aulas educacionais e cênicas), a “Sociedade Beneficente Deus e Caridade” em 1912 (prestava serviço de assistência social), o “Clube dos Boêmios” em 1915 (primeira sociedade dançante da cidade), Grêmio Renascença em 1923 (frequentando pela elite campinense e que tinha

propósitos recreativos e educacionais) (ALMANAQUE DE CAMPINA GRANDE, 1933), “Sociedade Beneficente dos Artistas” em 1929 (associação trabalhista e de incentivo a arte), entre outras organizações.

Como expressão de uma intensa vida social urbana, eram realizados carnavais bastantes animados, com a presença de vários cordões (a exemplo existia os cordões carnavalescos dos “Rasga Vales”, “Caiadores”, “Viúvas Divertidas”, “Chaleiras”, “Jovens Campinenses”, “Beija-Flores”, Clube da Reserva”, Clube dos 31”, etc.). Um dos maiores incentivadores dessa festa foi o Major Manoel Cavalcante Belo, popularmente conhecido por Neco Belo.

Em contrapartida foram desaparecendo da cidade aquelas manifestações ou expressões de origem mais campestre, como as lapinhas, os pastoris, as fogueiras de São João, as derrubadas de gado, as cavalhadas, os cavalos-marinhos, os bois de carga, a condução dos cadáveres em redes, as brigas de espadas, etc. (CÂMARA, 1998: 109).

Os cineteatros, também como símbolos do desenvolvimento citadino, chegaram a Campina. O primeiro deu-se no prédio do “Grêmio de Instrução” em 1909, chamado “Cinema Brasil”. Um ano depois era aberto do “Cine Popular”. Em 1912 inaugurou-se o “Cine Apolo” da firma Fernandes e Cia. Em seguida veio o “Cine Fox” (ou pulga) em 1918, pertencente a Américo Porto e Alberto Saldanha. Como era bem típico de Campina Grande, a frequência dos cines Apolo e Fox era determinada conforme a rivalidade política entre os Partidos Republicanos Conservador e Democrata (LEAL, 1989:55). Depois, respectivamente, vieram abrir as portas o Cine Capitólio (1934), o Babilônio (1939) o Avenida e São José (ambos em 1945).

Em 1920 foi inaugurada a luz elétrica da cidade, com deficiência em potência, pela Empresa J. Brito e Cia, que depois passou a chamar-se “Empresa Luz e Força de Campina Grande”. Algumas ruas estavam pavimentadas. Crescia o fluxo de automóveis. Logo apareceu para circular na cidade uma linha de bondes para passageiros (1926), não vingando por muito tempo, prevalecendo o transporte feito por caminhões e ônibus. O meretrício da “Rua 4 de Outubro” (antiga “Rua do Rói Couro”, atual Juvino do Ó) e da “Rua da Emboca” (atual Peregrino de Carvalho), foi deslocado para as ruas próximas ao “Curral das Piabas” (hoje Mercado Público Central), popularmente chamado “Manchúria”. Aos poucos foi introduzindo ao cotidiano, o uso do rádio e depois o telefone. Assim, a cidade tornou-se um centro organizado e modernizado, conforme modificava as suas relações políticas e econômicas.

Como bem pontifica Fabrício Lira, a sofreu um crescimento populacional/estrutural na década de 1920, recebendo um grande fluxo industrial na década de 1930, e deixando, definitivamente, de ser apenas um centro residencial e comercial (LIRA, 1999, p. 17). A recente industrialização levaria Campina a conduzir sua “política do espaço”, ou seja, seu plano urbanístico, este como sendo as medidas integradas para resolver os problemas da cidade, englobando o traçado das ruas, o sistema de água e esgoto, as áreas verdes e a localização das instituições (fábricas, hospitais, serviços, etc.) (GONÇALVES Apud LIRA, 1999, p. 16).

Segundo Cassandra Veras, Campina Grande reorganizava-se, removendo suas imagens de contraste com o progresso, à medida que consolidada uma nova ordem progressista e comercial, e declinava a força oligárquica conservadora (VERAS, 1989, p. 02). Era de interesse de sua elite transformar a cidade. Essa mudança ficou mais perceptível durante as administrações dos prefeitos Bento Figueiredo (1938-1940) e Vergniaud Wanderley (primeiro mandato de 1935-1937, o segundo de 1940-1945), levando Campina a ser reconhecida como “Rainha da Borborema”, visto sua modernização urbana e os progressos trazidos pelo comércio de algodão, onde a cidade era a primeira exportadora do Brasil e a segunda do mundo, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra.

Se analisada a conjuntura mundial e brasileira, perceberemos que Campina, a partir de 1935, será marcada em seu traço urbano estrutura, com características protomodernistas, estilo típico dos governos autoritários da época. Atesta Fabrício Lira que:

As mudanças físicas foram justificadas através de um plano de modernização da cidade, patrocinado pelo governador Argemiro de Figueiredo e pelo presidente da república Getúlio Vargas. Constitua-se da mudança estética de suas fachadas, remodelando, demolindo e reconstruindo casa a casa, transformando a cidade num grande ‘centro protomoderno’ no agreste paraibano; do ponto de vista urbano procedeu o alinhamento, alargamento e em alguns casos o estreitamento de ruas (LIRA, 1999, pp. 13-14).

Os anseios por uma cidade moderna revelaram-se mais fortes e radicais durante a segunda administração do prefeito Vergniaud, ápice das obras inovadoras e da destruição do patrimônio julgado provinciano até então existente, que ao mesmo tempo coincide com o apogeu do comércio algodoeiro. Embora não possa ser muito comprovado (os documentos, planilhas, traçados e planejamento campinense, datados da ditadura getulista, desapareceram), Vergniaud esta assessorado por uma equipe de profissionais, de múltiplas empresas, que seriam responsáveis pelo projeto urbanístico da cidade, elaborado por Nestor

Figueiredo. As obras de saneamento ficaram a cargo de Saturnino Brito e muitos planos arquitetônicos chefiados por Issac Soares.

Tal plano urbanístico descaracterizaria Campina de suas feições históricas e monumentais acumuladas com o passar do tempo. Deste modo, no intuito de abrir ruas, alinhar prédios, “embelezar” a cidade, foram condenados a destruição o Paço Municipal em 1942 (localizado ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, foi construído em 1877, servindo de Casa de Câmara), a centenária Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1940 e o monumento do Escravo Desconhecido em 1945, além de descaracterizar/demolir casas e sobrados seculares de particulares.

Para criar o “espaço gabinete”, onde cada coisa deveria estar em seu devido lugar, o largo do Rosário foi modificado em sua originalidade. A Praça Epitácio Pessoa e a Praça do Algodão foram aterradas. Cento e sete casas foram desapropriadas para que fosse aberta a Avenida Floriano Peixoto e as ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, entre outras (CÂMARA, 1998, p. 161). Aqueles proprietários que não tiveram seu bem desapropriado, foram obrigados a alinhar seu bem conforme mandava o plano urbanístico (Idem, p. 124).

Na verdade, todo esse plano imposto por Vergniaud não tinha a finalidade de reestruturar a cidade por uma exigência funcional, mas sim estético, como o próprio afirmou que pretendeu, ambiciosamente, transformar Campina Grande, antes um burgo pobre, na principal comunidade do interior do Nordeste (DINOÁ, 1993, p. 206). Aliás, era comum da elite brasileira querer imitar a urbanização das grandes cidades da Europa, em especial Londres e Paris, considerados o “berço a humanidade” (MORAES, 1994, p. 21).

Como não se pensou em expansão urbana, o preço da destruição foi pago, majoritariamente, pelos pobres da cidade, que habitavam o centro e que foram forçados a se deslocar para lugares afastados, visto que não mantinham condições financeiras para realizar as obrigações que o plano urbanístico pedia, e nem tão pouco enquadravam-se nos padrões exigidos pela nova sociabilidade (LIRA, 1999, p. 52).

A revolução urbana de Vergniaud acabou de modificar não só a estrutura física da cidade, como ainda sua imagem de urbe moderna. Ele ainda feriu a sensibilidade popular com as mudanças ou descaracterização dos espaços de costume ao trocar o nome das ruas por designações mais formais para um centro urbano moderno, porém sem nenhuma expressividade (AMORIM, 2000, p. 146).

Assim, percebemos que o plano de urbanização realizado pelo prefeito Vergniaud foi continuado pelos prefeitos seguintes. O que havia de patrimônio edificado na cidade sofreu modificações ou acabou sendo demolido, mesmo contra vontade de muitos, como pode ser comprovado em alguns registros históricos campinense que revelam ou dão queixa das perdas patrimoniais e/ou simbólicas para a cidade, causadas pelo progresso.

Alguns autores campinenses, em suas clássicas obras, denunciaram sua postura em relação ao progresso da cidade, a evolução, as transformações e até mesmo a respeito da conservação da memória e do patrimônio. Cristino Pimentel critica aqueles que não tem zelo pelas “coisas históricas” (PIMENTEL, 1958, pp. 33-34).

Elpídio de Almeida chegou a apontar sua insatisfação com a demolição desnecessária do Paço Municipal, lugar agora ocupado pelo vazio (ALMEIDA, 1962, p. 174). Boulanger Uchôa também expressa sua indignação quanto à destruição do largo do Rosário pela “impiedosa mão do progresso” (UCHÔA, 1974, p. 76).

Epaminondas Câmara acreditava que, se incentivada a urbanização nas mediações da Estação “Great Western”, a prefeitura nas décadas de 1930 e 1940 não teria investido alto na reorganização do centro da cidade, além de ter mantida a cidade antiga como relíquia histórica, um símbolo de lembranças passadas (CÂMARA, 1998, p. 51). Ainda chega a culpar a “politicagem” como responsável por boa parte do descaso ou destruição de muitas obras (Idem, p. 162).

Embora já se tivesse uma preocupação com a conservação do patrimônio histórico e da memória campinense, apenas nos anos 1990-2000 houve interesse e dedicação em desenvolver estudos específicos sobre essa temática. Ressalvamos, no entanto, o trabalho seminal de Cassandra Veras (1989), sobre as mudanças no espaço urbano realizadas durante 1935-1945, fase de intensa destruição arquitetônica e monumental.

Fabrizio Lira (1999) após realizar um estudo sobre as transformações urbanas e arquitetônicas em Campina Grande também durante 1935-1945, desperta nossa atenção para o perigo que corre a história e a memória campinense, frente ao descaso ou esquecimento que fortemente as circulam.

Também contamos com o trabalho da professora e pesquisadora Léa Amorim (2000) que, após um rico estudo sobre o patrimônio histórico campinense, analisa o quanto a cidade foi desmemoriada, tamanha foram as perdas de expressões arquitetônicas e monumentais, em nome de um insensível progresso, que muitas vezes é empregado de forma impensada.

Pontua, ainda confiante, que nem todo patrimônio histórico da cidade está condenado, principalmente se aliados às técnicas modernas de restauração e reconstrução.

Capítulo II

Lembrar Campina: um exercício de saudade

Parte importante, e, sobretudo, mais sensível da pesquisa empreendida, foi tentar identificar, pela memória dos seus antigos moradores, as antigas lembranças de Campina Grande. É certo que muitos dos nossos narradores adiante citados, já pereceram em sua própria materialidade, o que tornam ainda mais significativas as suas lembranças e aqueles instantes de saudosas lembranças¹.

No que se refere aos habitantes e suas lembranças/saudades, a primeira impressão que nos salta à compreensão, é a de uma velha Campina pacata e principalmente ordeira. O fato é que nunca havia se dado de forma tão intensa com o acontecido durante o mandato do prefeito Vergniaud Wanderley, o “Luftwaffe”, apelido lembrado pela senhora Maria Cizênia, quando se explicou que se fazia comparações entre a poderosa força aérea alemã na Segunda Grande Guerra, que destruía cidades em bombardeios, e as obras urbanas de Wanderley em Campina Grande.

As opiniões aos feitos, e principalmente desfeitos deste homem, convergem em vários momentos. Para a maioria, foram medidas precisas para tornar Campina a cidade que é hoje: organizada, grande, esplendorosa, medidas precisas visto que Campina não foi urbanamente programada como Brasília, como nos disse a senhora Maria Cizênia: “mas também convenhamos que não se pensou em fazer-se dela nem numa ‘Olinda paraibana’ ”.

Para a senhora Esmeraldina Agra não havia desculpa alguma para as modificações feitas por Vergniaud, sendo ela a única entre os entrevistados, total e energicamente contrária às atitudes de qualquer destruição. Já num outro extremo das opiniões, o senhor José de

¹ As informações adiante apresentadas foram colhidas a partir de uma série de entrevistas com antigos moradores da cidade, entre os meses de outubro de 2001 e março de 2002. Daquelas conversas saudosas e curiosas registramos a nossa gratidão a todos os narradores citados adiante.

Araújo Rocha afirmava ser a preservação dos bens “ruim para o progresso da cidade”, pois tomava o espaço para a construção de outros bens mais novos, melhores e mais bonitos. Sendo ou não, o fato é que ele tornou-se a única pessoa expressivamente contra qualquer preservação de qualquer bem, tido como ultrapassado de seu tempo.

O senhor Reinaldo Canuto afirmava que a única coisa que se deveria preservar era a nossa memória particular, e não prédios, pois estes nunca seriam preservados em sua totalidade. Radicalizou ao pensar que se deveria preservar o prédio num todo, inclusive isolando área envolta ao bem, e mantendo-o sem nenhuma atividade para poder não o depredar. Por suas palavras sentimos que este homem, mesmo saudosista, não acreditava no trabalho feito por alguns órgãos imbuídos em assegurar a preservação de muitos bens, uma vez que estes, de forma alenta ou não, acabavam por modificar sua estrutura. Portanto, para ele devia-se preservar o todo e não só, como exemplo, as fachadas.

Os outros entrevistados, embora concordem com muitas das destruições feitas ao longo do tempo, também sentiam falta de alguma bens que, no particular de cada, seria importante conservá-lo para se manter a memória viva.

O certo é que as mudanças praticadas por Vergniaud realmente foram intensas. O progresso trouxe em si a derrubada de casas e sobrados, e até prédios públicos, para o cumprimento da lei que exigia o alinhamento dos bens recuados ou à frente demais, para fazer-se a rua, acontecendo um verdadeiro deslocamento da massa urbana para outras áreas, quando afastava e indenizava proprietários pelo espaço ocupado se encontrar em local indevido e constitui-se um empecilho para o andamento do progresso da cidade. Logo, as mudanças assustaram, visto que nem os amigos do próprio Prefeito Vergniaud não foram excluídos de tais medidas, como afirma o Dr. Sousa Assis.

Por isso, alguns chegam a assegurar que outros prefeitos após ele continuaram um plano intenso de melhor urbanização, já feito e executado a partir de 1940, sendo estes prefeitos “outros Vergniaud”, comenta a professora Josefa Gomes. Para ela a maioria das perdas arquitetônicas na cidade se davam ao caráter comercial que Campina sempre teve, como um mercado que destrói o que era seu para “agradar principalmente os visitantes”.

Apoio e/ou desgostos agora já à parte, analisamos a Campina Grande lembrada de outros tempos. Começamos pela modificação nos transportes que, feito por burros e carroças, constituíram-se por muito tempo o único meio de ser locomover, principalmente por longos espaços. Denotamos a importância inestimável do trem à vida dos campinenses,

sendo ele uma das saudades da professora Yara Lira. Este vem a ser considerado por alguns historiadores como o iniciador de sua modernização, pois este servia não apenas como carregador de algodão e outras mercadorias, bem como a transporte de passageiros aos grandes centros urbanos em buscas das mais variadas razões, como a procura por ajuda médica. Como recorda a senhora Leônia Leão Nóbrega, Campina contava com poucos profissionais da saúde, com o Dr. Elpídio de Almeida, e os dentistas Antônio Camboim e Idelfonso Aires. Houve ainda como transporte, um bonde de trilhos que ia da Garagem Grande (atual mediação do monumento a João Rique) até a Estação Velha, e carros, especialmente os de “praça com chofer” e os ônibus coletivos que faziam o mesmo trajeto do bonde.

Alguns de nossos entrevistados nos dão um panorama do que era a energia de Campina Grande antigamente: apenas “um motorzinho” onde hoje se encontra, para alguns o antigo “Posto Futurama”, para outras a Praça Clementino Procópio; mais não divergem quando afirma: a força dessa energia era péssima, ou como disse o senhor José Pedrosa: era “uma ‘luizinha’ (*sic*) que parecia com uma ponta de cigarro acesa”, e só melhorada com a Companhia de Paulo Afonso.

Segundo levantou-se, a rua começou a ser calçada com o prefeito Lafayette Cavalcanti por volta de 1930. Deve-se ressaltar que o termo “a rua” era utilizado em referência ao centro da cidade. E como costume, até alguns anos atrás o campinense afirmava “vou para a rua”, sempre que se dirigia ao centro da cidade. O senhor Reinaldo Canuto nos lembrou a construção do calçamento ser um empreendimento maravilhoso uma vez que os carros não andavam mais em “catabi”².

Existia-se também o rádio, mas também muito precário, de pouco som e inúmeras vezes indecifrável. Seu uso, lembra senhor João Pedrosa, se dava diretamente colado no ouvido. Dona Leônia nos acrescenta o nome das primeiras emissoras: “a Cariri, depois veio a Rádio Borborema e depois a Rádio Caturité”. A verdade é que o rádio se tornou o meio de comunicação indispensável: além de trazer informações mais rápidas e precisas, como na época da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se como forma de divertimento, como denotaram sobre os programas de auditório.

Entre as mais notáveis, a Rádio Borborema é lembrada pelo senhor José Barreto como aquela que fazia uma programação de qualidade, sendo até mesmo copiadas algumas

² O termo integra o vernáculo popular local, e significa o breve “sopapo” sofrido pelos passageiros, quando da passagem de um veículo sobre algum objeto na estrada ou mesmo em buracos da via.

de suas programações pela Rádio Nacional, numa fase áurea do radialismo, com exuberantes atrações ao vivo, até mesmo de artistas internacionais nos programas de auditório, sendo estes mais uma diversão campinense. Esta força das comunicações não só se verificou em Campina Grande, mas foi advertida como esforço de Chateaubriand com sua influência nas comunicações em âmbito nacional.

Mesmo com algumas limitações, Campina reservava para si algumas diversões que, na ótica de quem já viveu muitas experiências ao longo dos tempos, eram um tanto inocentes, simples, mas muito satisfatórias. É o caso das retretas, acontecidas em volta do coreto (parte central da praça), embalado ao som da filarmônica Epitácio Pessoa, na praça Clementino Procópio e Epitácio Pessoa (hoje sepultada). Um verdadeiro desfile de intenções: para alguns era marcado por saborosos passeios; para outros era um ponto para flerte encontro com os conhecidos; lugar onde surgiu alguns amores e também o fim deles. Além disso, como afirma claramente a senhora Maria Cizênia, um fator muito marcante nestas retretas era o glamour daqueles que passeavam. Para a senhora Leônia Leão, as retretas ainda espelhavam o “quem me quer” quando as moças passavam em flerte pelos rapazes que se encontravam as bordas da praça a observá-las.

Havia também as sorveterias Pinguim e Flórida, o ponto de encontro dos jovens, lembrou o Sr. José Barreto. As “Tertúlias do Campinense” era um espaço frequentado pela elite nas 17:00h do domingo, com a presença de muitas pessoas elegantes: os homens de smoking e as mulheres de exagerados longos, recordou o senhor Reinaldo Canuto. Outro divertimento para a elite era as “Matinais do 31”, lembrando pela professora Josefa Gomes que ainda acrescenta que o pobre também tinha seu espaço como o “Clube Guarani”, “o bar de Dona Mulata”. Enfim, Campina já tinha espaço seletivos só para a frequência de alguns, como outro exemplo, os cinemas, como lembra o senhor José Barreto.

Entre os espaços frequentados por muitos, os cinemas merecem uma atenção também especial. A senhora Leônia Leão descreve o papel destes para Campina, numa época em que não tinha muito para onde ir. Havia dois grandes e bons cinemas: o Apollo e o Fox (fundados respectivamente em 1912 e 1920), que além de exhibir filmes, principalmente mudos, arrancava aplausos visto a emoção do som de orquestras em concertos, saltitando nos olhos apresentações de companhias de teatro.

Evidencia-se a grande influência que os cines exerciam sobre o público. Comentado a respeito, o senhor José Barreto indicou a modificação de posturas e costumes de comportamentos acompanhados pelo ritmo dos filmes na grande tela, como por exemplo

no vestuário, maquiagem ou penteados. Tornou-se uma das principais diversões para crianças, jovens e adultos, seguindo uma classificação social de frequência de cada cinema: nos mais requintados (exemplos: o Babilônia e Avenida) exigia-se uma boa aparência, impondo seleção para a frequência de pessoas, tornando-o um ambiente onde o clima era de muita ordem, por isso, calmo; nos cines populares (exemplo: Capitólio e São José) dava-se uma verdadeira balbúrdia, uma vez que não se tinha tantas exigências.

As festas religiosas ou de padroeiras eram bastante animadas com música, parque de diversão e queima de fogos. Havia também os pavilhões frequentados pelos ricos e as caixas, ambiente para a camada mais pobre da população participar, lembrava a professora Josefa Gomes. Essa narradora ainda acrescenta que essas festas eram sempre muito animadas, pois cada pavilhão ou caixa tinham seus próprios sons para dança e entretenimento. Entre as festas religiosas mais conhecidas destacava-se a da Conceição (Catedral), do Rosário e a de São José, sendo elas uma grande saudade para a professora Yara Lira.

Ainda comentando as festas, o São João também era uma comemoração tradicional onde as pessoas participava dela na casa ou fazenda de amigos, tornando-se um espaço festivo mais familiar. Do mesmo modo, na época junina eram realizadas na Sociedade Beneficente dos Artistas, festas para a população em geral. Ao término do ano, em frente à Catedral eram realizadas a festa de fim de ano, festa que “demorava mais de oito dias”, recordou José Barreto. “Festas monumentais” esta e as outras também de rua, pontuou a senhora Leônia Leão.

Embora houvesse nestas festas uma separação de espaços para a frequência das camadas urbanas e também rurais, visto que era grande o número de pessoas dessa área que vinham para participar, a que tudo indica os levantamentos que fizemos, havia um momento em que havia uma união entre todos, sem distinção, de modo pacífico, como se fossem irmãos e amigos: este momento era o Carnaval. Muita festa, curso, serpentina, confete, fantasias, carros alegóricos, alegria e algumas confusões. Também foi lembrado pelo público abordado o uso frequente do lança-perfume, sendo apenas o senhor José Barreto o único afirmar que a usava para cheirar ou tomá-la na bebida, ainda dizendo que isso chegou até a matar alguns foliões. Difere Reinaldo Canuto dizendo-nos que ninguém sabia que a lança-perfume era entorpecente, logo que na sua composição não se levava o uso de éter. Também acrescenta que não se cheirava, apenas borrifava-se em cima dos demais como mais uma

brincadeira de carnaval. O divertimento era molhar outros foliões, sendo a prática da inalação pouco difundida, afirmam outros entrevistados.

José Barreto também nos fala de um Carnaval do Povão, que vinha da Estação Velha com a rainha, o rei momo e outras figuras em desfile pelo centro de Campina. Uma festa embalada pelo frevo pernambucano, visto que se trazia de lá o que havia de melhor desse folguedo. Nas ruas, nos afirmou Reinaldo Canuto, era o carnaval de pó e água: baldes eram cheios com águas nas casas para jogar em quem passava; também massas finas, como Maisena, Arrozina, goma, talco perfumado (para os ricos), eram lançadas naquela brincadeira.

Ele e professora Josefa Gomes lembram das festas políticas campinenses, sendo elas muito animadas, com apresentações de cantores conhecidos nacionalmente, de passeatas e comícios em que a rivalidade partidária contagiava o povo, na defesa da sua escolha política por meio das cores padronizadas, e que, se preciso fosse, de maneira agressiva e violenta. Para o senhor Reinaldo Canuto o ato de votar era o mesmo que ir para um casamento, pois as pessoas que podiam iam as mais elegantes possíveis, fato esse que levava a sua própria mãe a confeccionar roupa para a ocasião.

No que se refere aos prostíbulos, a senhora Leônia Leão lembrou que estes estavam localizados na Rua do Rói Couro (atual Jovino do Ó), depois passando para a rua da Manchúria (atual rua Cristóvão Colombo). Na fase de prosperidade econômica algodoeira campinense foi aberto o Cassino Eldorado, e como foi dito pelo senhor José de Araújo, o prédio havia sido construído para uma prostituta que “gostava dessas coisas de cabaré” pelo seu sogro (possivelmente este era João Veríssimo que construiu para a amante Carminha Vilar).

O Cassino logo ficou conhecido por toda região por ser altamente requintado em luxo, nos revelado pelo Dr. Sousa Assis. Seu acesso era para poucos, pois manter dançarinas, cantores de sucesso (alguns deles internacionais), orquestras, prostitutas (muitas delas “importadas” de outros países), requeria no mínimo a exigência do uso de paletó e gravata à sua entrada, e do mesmo modo, uma boa soma em dinheiro para se gastar, ou seja, havia impedimentos para o acesso de alguns nesta “casa de prazeres”. É certo que a mesma não funcionava só como prostíbulo, mas casa de apresentações e jogos, como expressa novamente o doutor, quando nos informa que era um ambiente com certo grau de respeito, cuja funções encerravam-se quatro ou cinco horas da manhã. Lembrava a senhora Leônia Leão que os maiores frequentadores eram os negociantes de algodão.

Descreveu o senhor José Barreto que uma década quase depois do Cassino Eldorado, situavam-se vários outros bordéis, embora bem menores, sem luxo e frequentado por qualquer um, mas com a permanente vigilância policial. Lembrou também que foi por ali que viu a apresentação de Jackson do Pandeiro, frequentador constante daquele lugar.

Alguns bens materiais também foram recordados com saudade, posto que sucumbiram ao tempo e aos homens. A destruição do Paço Municipal foi considerada a grande “gafe” administrativa do prefeito Vergniaud pela senhora Esmeraldina Agra. Nossos narradores também lembraram afetuosamente a destruição do Largo do Rosário (no qual encontrava-se a Igreja do Rosário, importante templo de devoção e adoração para os fiéis), o desaparecimento do acervo artístico da parte interna da Catedral, dos cinemas Fox e Apollo, da Praça Epitácio Pessoa, a Igreja de Nossa Senhora da Guia, entre outros bens de valor, interesses e lembranças pessoais.

Há de convirmos que alguns entrevistados reclamam das dificuldades da vida, antes de um maior progresso. Por isso é compreensivo que a maioria do nosso público entrevistado tenha achado as mudanças da vida urbana algo positivo para Campina, pois o desenvolvimento trouxe-lhes mais facilidade e alguns prazerosos confortos, como sistema de água, luz, transporte, comunicação etc.

A restauração ocorrida na parte interna da Catedral entre 1968-1969, também foi lastimada por muitos. Para a professora Yara Lira o templo levava-a a imaginar está no céu em volta de anjos. Mas por que o céu? A senhora Esmeraldina Agra nos descreve a existência de dezoito altares e em seu forro, uma pintura feita pelo artista Miguel Guilherme em 1935, de valor artístico incalculável: “no centro era a pintura de Nossa Senhora da Conceição... aí tinha o Coração de Jesus... era uma coisa linda que se tornou na Paraíba a mais bonita”.

A distorção de valores morais foi relacionada como mais um ponto negativo. Uma sociedade exibicionista, individual, sensacionalista, traz em si a desarmonia, a maldade, a perversão. Segundo os nossos narradores, antes a violência era assunto de muito espanto; as drogas e as crianças problemáticas algo que ninguém escutava falar, como disse o senhor João Pedrosa; o corpo feminino, nas palavras do senhor José Barreto, um templo de adoração; ser devoto a Deus e amar a pátria, foram expressões de dona Leônia Leão; afinal, qualidades deixadas na lembrança de uma Campina pacata e ordeira; para o senhor Reinaldo Canuto, Campina passou para uma involução, visto que hoje não se encontra mais momentos para se estar tranquilo em virtude da absurda violência que vivemos, além da falta de educação moral que antes era muito menor.

A seguir, como última parte deste estudo, expomos nossa escolha sobre os bens mais representativos campinenses. Após escolha, partimos para a produção do histórico de cada bem, com base numa profunda pesquisa bibliográfica e documental. O histórico fundamenta-se sobre as características particulares de cada um, sua durabilidade histórica e formas de construção. Portanto, esperamos que esses históricos sirvam como apoio ou norteadores de outras pesquisas em questão sobre a mesma temática, ou prestem como divulgadores para o conhecimento de toda comunidade sobre o acervo de bens histórico campinense, instigando ainda sobre sua importância.



Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

Localização: Avenida Floriano Peixoto, s/nº - Centro

Este prédio corresponde ao mais antigo da cidade. Data sua construção dentre 1812-1814, quando foi inaugurada como Casa da Câmara, na parte superior, funcionando ali por 60 anos seguidos, e Cadeia no térreo.

Em sua estrutura ainda existem tijolos que chegam a medir 80cm de comprimento. Para dar acesso a parte superior do prédio, existia uma escada externa. Na cadeia inexistia portas, havendo apenas duas pequenas passagens gradeadas com barras de ferro, para o ar e a luz. A entrada era feita por um alçapão. Seu modelo era típico de todas as cadeias do Brasil dos séculos XVIII e XIX, uma sociedade repressora. Por ali pernoitou alguns revoltosos de 1824, inclusive um de seus líderes, Frei Caneca. Também abrigou alguns sediciosos da revolta dos Quebra-Quilos.

O prédio foi doado ao Governo Federal para que nele fosse instalado a primeira agência de Telégrafo da cidade, em 1896, permanecendo até 1933. Os serviços da Câmara foram transferidos para o Paço Municipal (1877) e o sistema de carceragem transferido em 1895 para um outro prédio (construído em 1877), localizado próximo a Igreja do Rosário (atual Praça Clementino Procópio).

Com a Agência de Telégrafos, foram abertas duas portas ao térreo e construída uma escada interna para tráfego.

Em 1933, com a sede dos correios transferida para um outro estabelecimento, localizado no Largo do Rosário (atual Praça da Bandeira), o prédio perdeu qualquer função utilitária, sendo reaberto em 1935 para sediar o Serviço Médico de Obras Contra as Secas, cuja ocasião levou o recinto a sofrer mais uma reforma, a qual recebeu a terceira porta térrea.

Em 1965 acolheu a Reitoria da Universidade Regional do Nordeste (FURNe) e o Museu de Artes.

Durante a gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro (1977-1983), o prédio passou por um processo de restauração, mantendo suas particularidades arquitetônicas, e a partir daí, vem servindo a comunidade como o Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

Ainda neste ano de 2001, o edifício passou por mais uma restauração, contribuindo para o seu tombamento, visto sua importância como patrimônio histórico da cidade. Não há a definição de um único estilo em sua forma, mais de variações múltiplas construídas conforme seu tempo histórico, tal como a proposta neoclássica.



Catedral de Nossa Senhora da Conceição

Localização: Avenida Floriana Peixoto, s/nº - Centro

Em 13 de janeiro de 1701, o Governo de Lisboa manda ser construída uma capela, onde hoje está situada a Catedral de Nossa Senhora da Conceição. O lugar escolhido para a construção obedeceu, pressupõe-se, a fins estéticos, pois a mesma foi erguida no alto de uma colina tendo sua vista dando para o norte (brejo) por se evitar paisagem mais bela, dando os fundos voltados para o povoado.

Em 1886, o vigário Luiz Francisco de Sales Pessoa deu início a remodelação da matriz, em substituição da humilde capela, uma das menores do Estado. Foram construídos a sacristia, as torres (uma sem agulha, sendo esta a da parte da Epístola, e a outra com agulha, a parte do Evangelho, que servia para hastear a bandeira da Imaculada Conceição e santos em período de festas religiosas), dois corredores laterais com as arcadas abertas para o corpo da matriz, e os altares principais.

Ressalva-se apenas que, embora inaugurada com bastante festa a 8 de dezembro de 1891, muitas dessas obras só vieram a ser definitivamente concluídas em 1896, quando então

o templo em estilo neoclássico vem a ser o maior e o mais bem-acabado do interior da Paraíba.

Ainda em 1896, à 16 de agosto, foi no templo inaugurado um relógio europeu moderno, com mostradores em carrilhão, na parte da torre esquerda. A quantia para sua compra foi doada pelos membros de intendência, composto por Cristiano Lauritzen, Belmiro Barbosa Ribeiro e Idelfonso de Brito Souto Maior, em 1891. Por muitos anos este relógio, primeiro relógio público de Campina, veio a cronometrar o tempo dos cidadãos.

O artista plástico Miguel Guilherme, por volta de 1935, veio a realizar uma pintura no forro da Matriz as seguintes imagens: A Anunciação; A Casa de Nazaré; O Casamento de José e Maria; O Nascimento de Jesus; A Ceia Larga; Jesus diante de Pilatos; O Calvário; Os Ensinamentos de Maria; entre outros. Esta arte sacra no interior veio a dar maior suntuosidade e beleza ao templo, tornando-se um dos seus principais símbolos.

Com a elevação de Campina Grande a Diocese, a Matriz foi transformada oficialmente em Catedral, no ano de 1949.

Alegando necessidade de algumas reformas, a Catedral teve suas portas fechadas em 1968. Após apenas um ano, em 1969, a Catedral reabria completamente desfigurada. Muito do seu patrimônio artístico e histórico havia sido apagado como as pinturas do teto. Foram destruídos 18 altares, segundo a memorialista Esmeraldina Agra, além da pia batismal, anjos, degraus, gradeados de madeiras, entre outras transformações. Despida de sua beleza, a população chocou-se com tal reforma, mostrando-se decepcionada.

A partir de 1999 a Catedral de Nossa Senhora da Conceição passou novamente por mais uma reforma, onde lentamente vem dando alguns traços de aformoseamento em seu interior, acentuando maiores aformoseamentos nos últimos anos com o vigário Luciano Guedes. Sua estrutura externa mantém os traços originais, construídos no final do século XIX. O templo está tombado pelo IPHAEP.



Casa “Inglesa”

(Casa de Cristiano Lauritzen)

Localização: rua Maciel Pinheiro, 305 – Centro

Cristiano Lauritzen foi um grande político e comerciante de Campina Grande. Nascido em Boddum, da parte da mais continental da Dinamarca, denominada Jutlândia. Emigrou para o Brasil aos 22 anos, chegando no ano de 1867.

Trabalhando com a venda de joias e brilhantes por todo o Nordeste, veio à Campina por volta de 1880-1882. Aqui chegando, constituiu família com Elvira Cavalcanti, então filha do Coronel Alexandrino Cavalcanti, homem influente na cidade. Viveu Cristiano Lauritzen 43 anos em Campina Grande, estando 19 anos contínuos à frente da Prefeitura.

Foram residir num sobrado do Coronel Alexandrino, construído em 1877, sendo o primeiro sobrado da cidade, localizado no “Largo do Comércio Novo” (depois passou a ser a Praça da Independência, Praça Epitácio Pessoa, atual rua Maciel Pinheiro). A “Casa Inglesa”, como ficou mais conhecida, possui dois pavilhões, era revestida na fachada por azulejos decorados, trazidos da Inglaterra, em Art Déco.

No pavimento térreo, com os frontões em forma de arco, funcionava a loja comercial de fazendas e miudezas (tapetes, chapéus, porcelanas, tecidos finos, perfumes, óleos diversos, linhas europeias, charutos, bebidas importantes, entre outros artigos de luxo, bem como

artigos populares). No andar superior, que abrigava o lar da família, havia 5 janelões em forma de arco (imitação gótica), decorados com vidros, madeira e grades de ferro com florais. O interior do lar, segundo testemunhas, era considerado um “ambiente de sobriedade e bom gosto”: havia candelabros de cristais e vitrais facetados que adornavam as salas com seus móveis em madeira.

Por muito tempo a “Casa Inglesa” centralizou a vida política do interior (Cariri, Agreste e Sertão), como ponto de referência para o partido conservador. Também eram comuns os bailes e saraus, alguns que chegaram a contar com mais vinte pares de casais.

Há informações que no seu sobrado também se deu a sede da primeira prefeitura da cidade. Porém, não encontramos argumentos que comprovassem tal informação, assim como não encontramos algo a respeito de existência de um largo terraço gradeado em ferro, acima da residência da família.

Mesmo poupando da demolição durante as reformas urbanas do prefeito Vergniaud Wanderley, junto com o “Pavilhão Epitácio Pessoa”, na década de 1980 o prédio foi profundamente descaracterizado, após um ato para sua destruição completa, impedida graças a um pequeno corpo de cidadãos.

Esse bem se encontra tombado pelo IPHAEP.



Estação Velha

(Great Western)

Localização: Rua Cazuza Barreto, s/nº
Bairro: Estação Velha

Em fins do século XIX no Brasil, “ferrovia” tornou-se um sinônimo de desenvolvimento; o trem era a máquina do progresso. Justamente com a preocupação de que Campina Grande só prosperaria com a ferrovia aqui instalada, visto sua crescente relação com o mercado de algodão, fez o prefeito Cristiano Lauritzen grande esforço para conseguir trazer o trem a humilde cidade.

Durante dezoito anos de esforços, chegando mesmo a comunicar-se com o então Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, trouxe o dinamarquês as primeiras esperanças de desenvolvimento. Em 26 de julho de 1904, foi ratificado um contrato entre o Governo da União e a empresa “Great Western”, para a construção do ramal Itabaiana-Campina Grande. Assinado o contrato, imediatamente iniciou-se os trabalhos de construção. Tendo posteriormente o trecho sido interrompido em Alagoa Grande e parando as obras cessadas, foi Cristiano Lauritzen conseguir recursos junto a presidência no Rio de Janeiro, para dar continuidade ao plano ferroviário, que por fim, terminou na data prevista.

No dia 2 de outubro de 1907, foi inaugurado o trecho. Na estação esperavam, atenciosamente, os cidadãos campinenses num clima de muita festa e curiosamente, junto a banda do Mestre Balbino e altos representantes da cidade.

Mesmo com quase três horas de atrasos, que só veio a aumentar o suspense e a impaciência dos presentes, surgiu o primeiro trem vindo a Campina, todo enfeitado de folhas de palmeira e duas bandeiras do Brasil à frente, em meios aos foguetões e gritos de viva. O trem nº 03 da “Great Western” trazia dois jovens cidadãos: Olegário Azevedo (que veio gerenciar a firma exportadora de algodão de “Zumba Monteiro”) e Manoel Elias Pereira Araújo (comerciante, visitante, que após dois anos viria a se estabelecer na cidade). O maquinista chamava-se José Araújo de Lima e o foguista era José Ferreira. Atrelado ao trem veio o carro do Correio com “Seu Gerôncio”, responsável por tal serviço.

Oficialmente falou o Dr. Chateaubriand Bandeira Melo. Ainda se fizeram presente o Coronel Cristiano Lauritzen, Major Lino Gomes, Major Jovino do Ó, Alferes Paulino de Moraes, Professor Clementino Procópio, Monsenhor Sales, Dr. José Pinto, os irmãos Cazuzza (Miguel e Francisco Barreto), entre outras autoridades da sociedade campinense.

Como se fora um prenúncio de Cristiano Lauritzen, após a chegada do trem Campina viveu um tremendo crescimento populacional e comercial, visto que se firmou como forte ponto de compra e venda de algodão. Em termos comparativos, em 1907 a cidade contava com o número de 731 casas e passara a 1216 casas em 1913. Tal procura pelo espaço urbano campinense, e conseqüentemente o seu crescimento (principalmente em torno do Açude Velho e da estação ferroviária), foi considerado por alguns estudiosos como a causa da estagnação do progresso de outras cidades, como por exemplo, a importante cidade de Areia que não foi contemplada com a ferrovia.

O prédio da “Estação Velha”, símbolo do dinamismo e impulsionador do progresso para a cidade Campina Grande, passou desde então por sucessivas restaurações e sediou dois novos museus na cidade: o Museu do Maior São João do Mundo e o Museu de Algodão, inaugurados em 20 de junho de 2001. Este bem material se encontra tombado junto ao IPHAEP.



Museu da Furne
(Antigo Grupo Escolar Sólón de Lucena)

Localização: Avenida Floriano Peixoto, 718 – Centro

Durante a década de 1820, Baltazar Luna levantou no antigo Largo da Matriz, um mercado público, concluído em 1826, servindo ainda como cortiço. Após atrair grande movimentação de comerciante, consumidores e viajantes, o prédio ficou conhecido como “Comércio Velho”, considerado uma construção suntuosa para a época.

A 7 de janeiro de 1924 deu-se início a demolição do “Comércio Velho” pelo governo estadual cujo presidente foi Sólón de Lucena (1920-1924), para que nele fosse construído um estabelecimento de ensino.

A 12 de outubro de 1924, o Grupo Escolar “Sólón de Lucena” foi inaugurado, tendo como seu primeiro diretor Márcio Gomes.

Para o educandário foram nomeadas as conceituadas professoras na época, como Otilia Xavier, Zeferina Gaudêncio, dona Ambrosina, dona Irene, dona Naninha Seixas, dona Albertina, as irmãs Amorim (Apolônia, Adalgisa, Francisca, Honorina), dona Dorziat, Josefa Gomes, Lourdinha Falcone, entre outras.

Entre aqueles que foram alunos do “Sólón de Lucena”, podem ser citados Carlos Tejo, Zeca e Roberto Chabo, Júlio França, José Elmano Cavalcante, as irmãs Figueiredo, Creusolina Agra.

O governador José Américo de Almeida, durante sua administração (1951-1955), cedeu o prédio do grupo escolar, em bom estado de conservação, para que nele fosse instalada a Escola Politécnica de Campina Grande, embrião da Universidade Federal da Paraíba e do curso superior da cidade.

Após abrigar a “Poli”, o prédio público passou a alojar a fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (FUNDACT), futura Fundação Universidade Regional do Nordeste, responsável pela manutenção da URNe (Universidade Regional do Nordeste), hoje Universidade Estadual da Paraíba. Além do mais, serviu ainda como Museu de Arte “Assis Chateaubriand”, e reitoria da URNe.

Depois de sofrer um processo de restauração neste imóvel, cujo estilo arquitetônico reúne elementos neoclássicos e outros traços ecléticos, o referente prédio foi tombado pelo IPHAEP em 24 de novembro de 1997.



**Casas da rua Peregrino de Carvalho
(antiga Rua da Emboca)**

(Casinhas da Feirinha de Frutas)

Localização: rua Peregrino de Carvalho, nº 380
(da esquina) e 370 (ao lado) – Centro

Pouco pode ser descoberto sobre as referidas casas. Nota-se que sua estrutura foi construída em estilo nouveau. A atual rua, entre 1900 e 1948 chama-se “Rua da Emboca”, lugar por onde passavam as boiadas vindas do Seridó para os Currais (atual Mercado Público Central) e que localizava o meretrício da cidade. A princípio havia apenas uma casa ali construída chamada de “casa da Emboca”. Depois veio aparecer os ranchos de dona Sara, Maria Sertaneja e de dona Generosa. Porém, não foi possível confirmar se estas referidas casas são uma das agora citadas.

Foi-nos chegada a informação que seu proprietário estaria descaracterizando as casas, a começar por retirar as pinhas de uma delas, o que de fato visivelmente pode ser confirmado. A descaracterização deve-se ao receio que seu proprietário tem de que as casas venham a ser tombadas como patrimônio histórico da cidade.

Entretanto, em fotografias do início do século já se identificam as citadas residências, o que lhes caracteriza como bastante antigas na história campinenses, tendo mesmo resistido à reforma urbana anteriormente reportada.



Pavilhão Eptácio Pessoa

Localização: rua Monsenhor Sales, n 40º - Centro

Em 19 de fevereiro de 1923 deu-se início a demolição de um prédio onde se achava instalado a sede do jornal “Correio de Campina”. A demolição tinha como finalidade o espaço para que fosse construído o “Pavilhão Eptácio Pessoa” (como ainda está escrito no frontão), na confluência das ruas Independência (atual Monsenhor Sales) e a Praça Eptácio Pessoa (encontrava-se localizada bem na frente da atual casa de Cristiano Lauritzen, na rua Maciel Pinheiro, e foi demolida durante as reformas urbanísticas do prefeito Vergniaud Wanderley, 1940-1945).

Servia o “Pavilhão” para abrigar a sede do “Bloco dos 31”, tradicional grupo carnavalesco da elite campinense construído no início por apenas 31 membros, fundado oficialmente em 26 de agosto de 1922. O belo prédio foi construído pela viúva do Cel. Alexandrino Cavalcanti. Em 25 de março de 1923, os membros do bloco deram o nome da nova sociedade de “Grêmio Renascença”, cuja finalidade era recreativa e educacional para os associados.

Em definitivo, foi a sede do bloco instalada no “Grêmio Renascença”, no dia 26 de agosto de 1923, tendo como seu primeiro presidente o Cel. Ernani Lauritzen e vice-presidente Severino Cruz. Entre seus associados também encontrava-se o Dr. Severino Pimentel, Lino Fernandes, Sebastião Alves, Nereu Pereira, Aduino Belo, Alexandrino Belo, José Faustino Cavalcanti, José Ramos, entre outras figuras da elite social campinense.

No dia 07 de setembro de 1923, foi lançado o primeiro jornal do Grêmio, chamado “O 31”. No dia 13 de novembro do mesmo ano, foi apresentado no Teatro Apolo a sua primeira representação cênica.

Além de bailes, o “Grêmio Renascença” também realizava em suas dependências, recitais e festivais de arte. Ainda aí foi instalado, em 28 de novembro de 1926, a Associação Comercial de Campina Grande, cujo primeiro presidente foi o senhor Demóstenes de Souza Barbosa. Posteriormente, no térreo foi aberta “A Fruteira”, casa que vendia frutas variadas, outros gêneros e mercadorias. Era o ponto de encontro dos intelectuais campinenses entre 1928 e 1953, e seu proprietário era Cristino Pimentel.

Durante as reformas urbanas do prefeito Vergniaud, o “Pavilhão Epitácio Pessoa” junto a “Casa Inglesa”, que formavam um rico conjunto arquitetônico, foram poupadas da demolição graças à intervenção de alguns políticos locais. Porém, para evitar a destruição, foi o prédio “escondido” pela construção de um novo edifício (antiga Livraria Pedrosa) para alinhar a rua.

Embora mesmo escondido e confinado, o prédio mantém belos traços de uma arquitetura em estilo neoclássico, que requer cuidados especiais e um trabalho de restauração. Atualmente suas dependências estão alugadas como pontos comerciais que pouco alteraram externamente sua estrutura das feições originais.



Indústria Marques de Almeida e Cia.

Localização: Avenida Getúlio Vargas, s/nº -
Centro

A partir do século XX, Campina Grande redefinia seu traçado urbano, firmando-se como incipiente setor industrial. O marco dessa iniciativa deve-se a firma Marques de Almeida, pioneira na cidade, fundada em 1900 com apenas uma “casa de secos e molhados”. Seus incentivadores foram os irmãos Dionísio e João Marques de Almeida.

Em 1922 foi instalada a Saboaria Pernambucana, situada primitivamente na rua João Leite ou rua das Areias (atual Presidente João Pessoa), nos prédios de nº 81, 87, 93 e 99. Posteriormente foi transferida para a Rua das Boninas (atual Teodósio de Oliveira, também batizada de Rua Industrial), cuja infraestrutura já se caracterizava como fábrica. Esse edifício possuía frontal de linhas retas, simples, comportando num largo espaço do andar superior um alinhamento de janelões ornados de esquadrihas salientes de pedra, que facilitava a entrada de luz e ar. Sua aparência era suntuosa.

Em seu térreo vamos encontrar janelões e portas em arcos iguais às do andar superior. Em 05 de outubro de 1925, Dionísio Marques de Almeida funda a Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão e Juta, para a fabricação de fios para redes, visto o intenso comércio em que Campina via-se envolvida com o Algodão.

Para a Fábrica de Fiação foi feito um prolongamento a partir da Saboaria Pernambucana, embora sua arquitetura mostrava-se menos sofisticada que a anterior. Na nova dependência de traços rústicos, para a construção de seus janelões foram usados cobogós, tornando um ambiente fechado.

Mesmo assim seu processo de edificação mostrou-se inovador ao trabalhar técnicas de construção utilizando o uso abusivo de cimento, já que o tradicional para a época era a construção de prédios com outros materiais menos resistentes como a madeira e o vidro.

A fábrica encerrou suas atividades em 1983. Seu ambiente encontrava-se retalhado em vários pavimentos para ser alugado como salas comerciais. Sua estrutura mantém-se um tanto deteriorada, porém conserva vários traços originais de sua construção.



Empresa Anderson Clayton e Cia.

Localização: rua Miguel Couto, nº 5

Bairro: Açude Velho

Poucas informações puderam ser colhidas sobre a antiga empresa Anderson Clayton e Cia. e o seu prédio comercial. No entanto, frente a escassez de fontes, procuramos o senhor Edson do Ó, então proprietário do espaço onde está construído o complexo da empresa, que cedeu algumas informações.

A firma de nacionalidade inglesa instalou-se em Campina Grande para comercializar algodão e sisal. O comércio era do tipo exportação, enviando estes gêneros principalmente para o sul do país, bem como para outras nações.

A data precisa da construção do prédio não foi possível descobrir, como também não foi possível entrar em contato com uma de suas extensões empresariais em São Paulo, a fim de colher informações precisas sobre os trabalhos da companhia em Campina Grande.

Entende-se que a escolha do espaço para a construção do estabelecimento deveu-se a proximidade da mesma à “Estação Velha”, que fazia o transporte e escoação dos gêneros comercializados. Também é possível que na época de sua construção, o ambiente contíguo à estação ferroviária já estivesse urbanizado, como pode ser confirmado ao se observar alguns

documentos fotográficos. Entre 1920-1930 também era comum avistar-se um conjunto de galpões/armazéns de outras companhias ao redor da ferrovia.

O espaço da antiga firma Anderson Clayton e Cia. compreendia quase todo o quarteirão a sua volta (espaço em que atualmente encontra-se alguns armazéns, casas e lojas. O complexo foi construído à medida que havia o crescimento econômico da firma, portanto seria errado pensar que as edificações obedecem precisamente uma mesma idade.

Em agosto de 1971, o senhor Edson do Ó comprou todo o terreno que compreendia a empresa, e encontra-se alugado a diversos inquilinos. A fachada do prédio mais antigo e principal foi restaurada pelo atual proprietário, e funciona seu escritório particular, encontrando em bom estado de conservação. A restauração não comprometeu seus traços arquitetônico, que ao contrário, veio a denotar a beleza de suas formas.



Colégio Imaculada Conceição

(Colégio das Damas)

Localização: Praça da Bandeira, nº 23 – Centro

Fundado pelas Damas da Instituição Cristã, o “Colégio Imaculada Conceição” foi inaugurado em 01 de março de 1931, sob a administração de madre Loyola Steygart, Suprema Vigária no Brasil, que atendeu ao pedido feito por Don Aduato de Miranda Henriques. O colégio recebeu essa denominação, “Imaculada Conceição”, em homenagem à padroeira da cidade.

As primeiras religiosas aqui chegadas no dia 23 de fevereiro de 1931, foram as irmãs Martina e Levina, e as madres Dominique Viaene, Alice Beltrão e Josefa. Posteriormente vieram as madres Maria Emília, Blandina e Dolores, e as irmãs Gabriela, Chantal e Lúcia.

A princípio, este estabelecimento educacional era apenas para a frequência feminina, funcionando com o regime de internato, semi-internato e externato. A instalação dessa escola em Campina veio facilitar satisfatoriamente a vida da população, uma vez que ainda era preciso buscar outras cidades, como João Pessoa e Recife, para receber instrução pedagógica

e religiosa, que aliás, continua sendo ainda hoje o lema de sua administração: “educar evangelizando e evangelizar educando”.

Inicialmente, ajudaram o educandário os senhores José Adelino Melo, Nireu Pereira dos Santos, Cassino Pascoel Pereira e Alvino Pimentel.

Possuía ainda um corpo de ilustre professores como Mário Luna, Everaldo Luna, Severino Loureiro, dona Alcides Loureiro, Antônio Oliveira, Carlos Kurt, Manoel Taigy, Carmita, Sevi Nunes, dr. Sousa Assis, Severino Machado, Aldano e Willian Tejo, entre outros nomes. Teve como mestras as madres Regina, Adelma, Dominique, Dolores, Jodevile, Olívia, Roberta (superiora geral), Eulália e madre Alice.

No de 2021 o “Colégio das Damas” completa 90 anos de existência. Embora muito modificada, sua estrutura conserva algumas das primeiras feições ecléticas, principalmente na arquitetura da sua capela.



1ª Igreja Batista de Campina Grande

Localização: rua Vidal de Negreiro, nº 20 – Centro

Fundada em 5 de março de 1922, a 1ª igreja Batista de Campina Grande, a princípio, foi organizada por apenas 15 membros, funcionando na antiga “Rua do Silvestre” (atual Vidal de Negreiros), nº 30. Seu dirigente era o pastor Augusto Felipe Santiago, que contou ainda com o apoio para a formação da igreja, dos companheiros L. L. Johnson e W. C. Taylor.

Seus primeiros pontos haviam sido na “Rua dos Mulungus” (próximo ao Açude Velho) e na “Rua das Areias” (atual Presidente João Pessoa), funcionando quinzenalmente, às terças-feiras. Segundo algumas atas da própria igreja, os primeiros objetos de seu patrimônio foram uma banca de madeira, uma bandeja, prato de vidro e garrafa para a comunhão, duas dúzias de cálices, duas toalhas de renda e oito bancos.

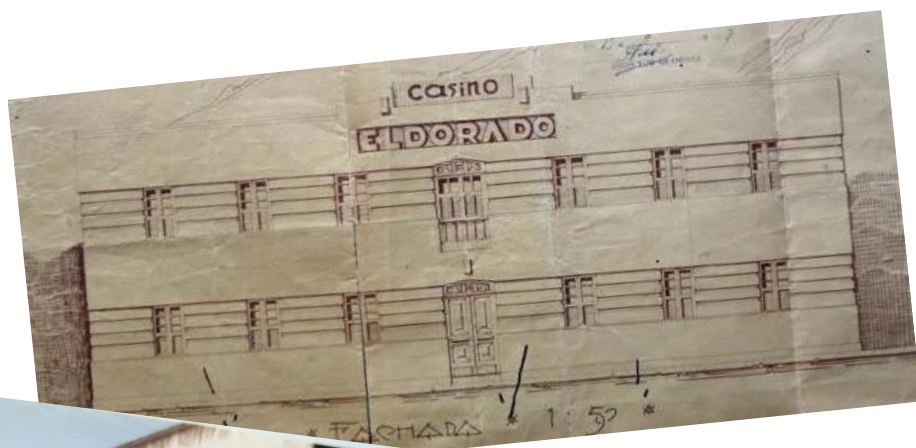
Entre 1932 e 1933, assumiu o pastorado o senhor David Bueno Teixeira, ao qual autoriza o missionário Carlos Stapp a fazer um empréstimo de um contado de réis para a

construção da casa de culto, agora sendo esta no número 257, na mesma “Rua do Silvestre”, onde hoje a mesma se encontra erguida.

Aos poucos foi a igreja ganhando proporções, formando escolas bíblicas, organizando associações (como a sociedade das Moças), instalando outras congregações (inclusive em outras cidades), trabalhando com a evangelização ao através do rádio (em 1951) e com altos falantes nas ruas, entre outros avanços.

Para que fosse construído o Edifício de educação religiosa, foi comprada em 1956 uma casa que havia atrás do templo. A construção só veio se dar em 1963, mesmo ano de uma reforma para melhoramento do santuário.

Contudo, a 1ª Igreja Batista de Campina Grande tem um estilo eclético que se mantém em bom estado de conservação. Se sofreu alterações modificando sua imagem original, não foi possível colher maiores informações. Entretanto, visivelmente o templo evangélico, um dos precursores em Campina Grande, datado de 1932-1933, ainda conserva suas peculiaridades artísticas.



Cassino Eldorado

Localização: rua Manoel Pereira Araújo, nº 410 – Centro

Inaugurado em 01 de julho de 1937, com a apresentação do casal russo “Trotsky and Mary”, o Cassino Eldorado tornou-se mais que um cabaré para uma época de forte conservadorismo. O Cassino tornou-se um mito campinense de ousadia e luxo, exibido na história passada.

Construído por João Veríssimo para sua amante, Carminha Vilar, o Cassino Eldorado tinha seu ambiente interno decorado em estilo francês, que despontava riqueza e deslumbramento. Seus fregueses eram em grande parte oriundos da oligarquia algodoeira, senhores que acumulavam prestígio e capitais. Também era frequentado por banqueiros, industriais e comerciantes, professores e estudantes, médicos, advogados, juízes, agentes fiscais, jogadores, desembargadores, bacharéis, músicos, enfim, existia uma clientela selecionada que possuía poder aquisitivo para frequentá-la.

Localizada na antiga rua 5 de agosto, popularmente conhecida como “Rua Boa” ou “Rua da Manchúria”, possuía uma diversidade de salas de jogos (roleta 36, mesa de ronda/lasquinê, mesa de bacará, de campista, de espadim, pôquer), mulheres refinadas, boa música e muita bebida.

As apresentações artísticas aconteciam no salão de shows, sendo este um ambiente capaz de comportar 36 dançarinas no palco, e 40 mesas de quatro cadeiras cada. Entre outras atrações nacionais/internacionais que Cassino apresentou recorda-se Teda Diamante, as vedetes Neném e Sereia Negra, Clarita Dias, Paraguaita (famosa cantora de tango na Argentina), o casal mexicano Tapia Rubio (famosos nos filmes de Hollywood), além das atrações permanentes do Cassino que era sua orquestra fixa, que ritmava tangos, rumbas, samba, bolero, jazz e que tinha como um dos seus maiores músicos o “Rei dos Ritmos”, Jackson do Pandeiro.

O Cassino Eldorado tinha dois pavimentos com muitas janelas e no térreo uma porta central de acesso. Havia ao todo 20 quartos (10 no primeiro andar e 10 no térreo) numa média de 5x6 m² (cada). Seu mobiliário básico era cama e guarda-roupa. O restante do ambiente era decorado com objetos finos variados (quadros, louças, jarros, espelhos etc.).

Além de dinheiro para o gasto, a entrada no Cassino exigia paletó, gravata e sapatos limpos. O expediente ia até pela manhã. Suas propagandas chegaram a ser feitas em cartazes e panfletos espalhados pela cidade, gerando a insatisfação da igreja e seus fiéis que não aceitavam o prostíbulo. Mesmo assim, o movimento no Cassino chagava a ser tão intenso que por vezes era preciso fazer reservas de mesas.

As mulheres eram bonitas e refinadas, vindas dos lugares mais diversos para trabalhar como meretrizes. Havia inclusive mulheres de outras nacionalidades como França e Cuba. As estrelas da noite mais conhecidas do Cassino Eldorado foram “Chiquinha Dezoito, Zezé, Neide, Balalaica, Lourdinha, Mônica, Olguinha, Chiquinha Moreno, Sofia, China, Maria Luiza, Celecina, Maroquinha, Nenin Ney, Paraguaita, Safira, Nina, Mercedes”, a legendária “Maria Garrafada”, e a deusa do Cassino, “Zefa Tributino”.

Entre 1937-1940, o Cassino conheceu seu auge, quando foi intenso o movimento e os lucros. Essa primeira fase tinha Carminha Vilar como a dona da casa. Na segunda fase, entre 1942-1950, o bordel foi comprado por “Zefa Tributino”, mas não funcionou mais com glamour de antes.

Hoje o que existe do Cassino Eldorado são recordações. O prédio encontra-se bastante depredado e sem qualquer atenção de cuidado.



Prédio do IHCG – antiga Câmara Municipal

Localização: rua Maciel Pinheiro, nº 29 – Centro

Durante a segunda administração do prefeito Vergniaud Wanderley, envolvido num plano de urbanização e modernização da cidade, foi construído um prédio para abrigar a Prefeitura Municipal (atual prédio do IHCG), de arquitetura imponente para a época, dando a prefeitura, pela primeira vez, uma sede de grande proporção.

Entretanto, foi nesse mesmo espaço que funcionou por muitos anos a sede da Câmara Municipal de Campina Grande. Durante o regime imperial de D. Pedro I e ainda parte do regime posterior de seu filho, D. Pedro II, o Senado da Câmara (como era chamado) funcionou durante 60 anos na parte superior do atual prédio do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. Em 02 de dezembro de 1870 foi construído o Paço Municipal, servindo como Fórum e Conselho Municipal.

Somente com a redemocratização e a Constituição de 1946, no governo Dutra, a instituição parlamentar municipal passou a denominar-se “Câmara Municipal”. Suas reuniões

foram realizadas, de início, no segundo andar do prédio da Recebedoria de Rendas. Depois passaram a ser realizadas no primeiro andar da farmácia “Droga Nova”, no primeiro andar do “Posto de Saúde Francisco Pinto” e, finalmente, ocupou o segundo andar do edifício “Anésio Leitão”.

Sob a resolução nº 66/59, de 08 de setembro de 1959, a Câmara Municipal de Campina Grande recebeu a denominação “Casa Félix Araújo”.

Na década de 1970 recebeu uma reforma, que veio, mesmo que de forma sutil, descaracterizar sua estética original. Ainda nesta reforma foram acrescentadas algumas salas no seu último pavimento.

Visto o seu valor histórico, arquitetônico e político para a cidade, o prédio passou por algumas obras, a fim de restaurá-la, quando foi tombado pelo IPHAEP. Atualmente o prédio abriga a sede do Instituto Histórico de Campina Grande.



Prefeitura Municipal de Campina Grande
(Antigo Grande Hotel)

Localização: Avenida Floriano Peixoto, nº 692 – Centro

O atual prédio da Prefeitura Municipal de Campina Grande, no passado, foi construído para servir de hotel. Durante as décadas de 1930 e 1940, Campina viu-se num surto de desenvolvimento, graças ao seu comércio de compra e venda de algodão. Eram muitos os proprietários, comerciantes e viajantes que trabalhavam na cidade com esse tipo de comércio. Sendo ela desprovida de lugar para abrigar esses negociantes, ficou decidido em construir-se um majestoso hotel, que receberia o nome de Grande Hotel.

O governo estadual cedeu o crédito, a 03 de fevereiro de 1938, para a aquisição do Grande Hotel. As obras foram iniciadas ainda no mandato do prefeito Bento Figueiredo (1938-1940), porém a maior parte dos trabalhos foram realizados durante a segunda administração do prefeito Vergniaud Wanderley (1940-1945).

No dia 19 de abril de 1942 o Grande Hotel foi inaugurado. Segundo informações, este estabelecimento possuía 51 apartamentos e 5 pavimentos. Suas dependências abrigavam uma estação de rádio, terraço na cobertura (este era o 6º pavimento, fechado por problemas

de infiltração), salão para eventos e festas de carnaval, réveillon, natal, além, de banquetes e comemorações particulares, as quais participavam a elite campinense.

O Grande Hotel, prestando seus serviços, hospedou figuras como Juscelino Kubitschek, Assis Chateaubriand, José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, Rui Carneiro, Vicente Celestino, Carlos Augusto, Carlos Galhardo, Augusto Calheiros, Dalva de Oliveira, Anísio Silva, Ângela Maria, Agustín de Lara, entre outras representações públicas. O hotel tornou-se renomado em todo país por sua dimensão estrutural e por oferecer um refinado serviço.

Tal prédio, em poder do Governo do Estado, foi doado a municipalidade em 16 de junho de 1943. Observando algumas fotografias da época, percebemos visivelmente que o Grande Hotel representava uma ousadia para a cidade ainda em crescimento, cujos prédios só tinham gabarito para serem construídos com 2 pavimentos.

O serviço de hotelaria funcionou até 1962, quando definitivamente passou a sediar somente como a prefeitura, na administração do prefeito Severino Cabral. Recentemente o prédio da prefeitura que abriga as secretárias de administração e da fazenda, foi tombado pelo IPHAEP.



Correios e Telégrafos

Localização: Praça da Bandeira, n ° 71 – Centro

Em substituição do segundo prédio onde funcionou desde 19 de março de 1933, a sede dos Correios e Telégrafos (localizado no antigo “Largo do Rosário”, mas precisamente no centro da atual Praça da Bandeira) foi inaugurado em 09 de julho de 1950, e se apresentando como um novo e moderno prédio destinado ao órgão de recepção/expedição de postagem. Tendo a primeira pedra de obra lançada em 01 de 01 de 1948, no terreno doado pela Prefeitura, foi o prédio construído em estilo art déco, com portões em art nouveau, contando além disso, com um relógio em sua torre. O porte da estrutura revela o crescimento urbano/econômico da cidade na época.

Em sua inauguração compareceu o general Eurico Gaspar Dutra, o ministro José Pereira Lira, o bispo Dom Anselmo Pietrulla, entre outras autoridades civis e militares.

Em 1950 deu-se o ano de eleição para a presidência da República, do Estado e do Senado, e Campina Grande comportava-se como um campo político de acirradas disputas. Assim, no mesmo dia da inauguração da nova agência de Correios e Telégrafos, foi organizada uma grande manifestação na Praça Clementino Procópio, para festejar a

candidatura de Argemiro de Figueiredo a governador do Estado. Além de passeatas e discursos, foi celebrado um grande show com grandes artistas do rádio da época, concentrando aproximadamente 15 mil pessoas.

Porém, a coligação oposicionista a Argemiro, e em apoio a José Américo de Almeida, também candidato ao governo, desobedeceu às ordens políticas e radicalizaram uma imprevista passeata a qual concentrou-se na Praça da Bandeira. Instigados pela ousadia, argemirista e americista entraram em choque. O conflito teve o desfecho de tiros, onde muitos se feriram e três pessoas morreram, entre elas, um cidadão pernambucano, funcionário dos Correios que veio a Campina para montar o elevador do edifício. Mesmo sem precisar a certeza daquilo que aconteceu durante aquele conflito, algumas testemunhas afirmaram que alguns disparos teriam vindo da torre do edifício dos Correios, o que leva a crer que a ação já estava organizada.

Atualmente, o prédio dos Correios e Telégrafos conta com um moderno serviço em atendimento à população campinense. Ao que se refere a sua arquitetura, externamente nada foi modificado do modelo original. Seus portões, que haviam sido retirados para que fosse colocado portas de vidro, para manter a refrigeração, após o apelo de alguns cidadãos, foram recolocados.



Palácio Episcopal

(Atual Gabinete de Prefeito)

Localização: Avenida Rio Branco, nº 304

Bairro: Prata

O arcebispo Dom Moisés Coelho, após reunir-se no dia 06 do 05 de 1945, feita para discutir meios de angariar donativos para o patrimônio da fatura diocese de Campina Grande (a importância era exigida pelo direito canônico), declarou a necessidade de se construir um Palácio Episcopal, cujo custo base era de quatrocentos mil. A princípio o Dr. José Agra ofereceu a madeira que fosse necessária, o cônego João Borges doaria a sala de jantar e o prefeito Severino Gomes Procópio, em nome da municipalidade, doaria o terreno ao lado da igreja, então antes ocupado pelo Paço Municipal que já havia sido demolido.

Porém, como presente do Sr. Alvino Pimentel à diocese, foi doado um terreno de 50 metros de frente, na rua Barão do Abiaí. Mesmo sem muitos recursos financeiros, mais com a ajuda do governo estadual e municipal, foram iniciados os trabalhos em 15 de setembro de 1950, tendo como bispo, Dom Anselmo Pietrulla.

A planta do Palácio Episcopal foi elaborada pelo próprio bispo em função na época, sendo em parte, cópia de um edifício do Sul do país, possuindo ambiente para acomodações, capela, secretaria, refeitório, além de salão nobre para audiências públicas ou recepções coletivas do clero. Dom Pietrulla mudou-se definitivamente para o palácio à 04 de agosto de 1951.

Somente no dia 13 de novembro de 1951, após elevar ao altar do Palácio a imagem do Sagrado Coração de Jesus, este prédio ficou oficialmente inaugurado.

Posteriormente, através do bispo Dom Otávio Barbosa de Aguiar, o Palácio Episcopal foi vendido às religiosas do Instituto Pax, vindo a servir como Colégio para a educação de crianças.

Possuindo belos traços e riqueza artística, com colunas dominando a fachada, a sua estrutura externa mantém-se preservada, tendo sido seu interior modificado para acabamentos, pinturas ou restaurações da madeira. Hoje o prédio está alugado a Prefeitura Municipal de Campina Grande, como sede do Gabinete do Prefeito.



Cine São José

Localização: Rua Lino Gomes Silva
Bairro: São José

Durante 1945 o mundo encerrava a Segunda Guerra. Campina por entre essa época vivia num momento de glória econômica, graças ao algodão, desencadeando uma fase de intenso progresso urbano e agitação social.

Inaugurado no dia 10 de novembro de 1945, o Cine São José veio a abrir com mais um cineteatro para a cidade. Seu primeiro filme exibido foi “Sempre no Meu Coração”, uma produção norte-americana. O prédio em estilo art déco, comportava mais de 500 lugares.

Além de exibir filmes, a casa também foi palco de importantes espetáculos cênicos e musicais, chegando a apresentar a sociedade campinense o que de melhor havia em termos de expressões artísticas e culturais do Brasil. Foi o Cine São José que aconteceu a primeira apresentação na cidade de Luiz Gonzaga, ainda apresentou Paulo Autran, o balé do Rio de Janeiro, entre outros grupos e artistas conceituados.

A 03 de janeiro de 1958 foi inaugurada no São José o Cinemascope, equipamento cinematográfico mais moderno na época. Era comum ver o Cine cheio, em especial nas sessões de matinê. Até os anos setenta funcionou sem maiores contratempos.

Nos anos 1980, com a popularidade da televisão e do vídeo, arrolando ainda o mal tempo econômico brasileiro e a própria negligência dos responsáveis pelo Cine São José, este encerrou suas atividades em abriu de 1983, após exibir um último filme de kung fu.

Em seguida, o ambiente foi transformado em templo evangélico (Deus é Amor) realizando cultos até 1988. Depois de findado o templo, pensou-se fazer do cine um supermercado.

Para impedir a descaracterização do prédio para outros fins, foi realizado um movimento cultural-artístico em 1990. Visto a pressão de tal movimento para a preservação do Cine São José, foi desapropriado o prédio pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, e logo em seguida comprado pelo Governo do Estado para torná-lo um centro artístico.

O prédio está tombado pelo IPHAEP.



Estação Nova
(CFN- Cia Ferroviária do Nordeste)
Localização: rua Almeida Barreto, s/n
Bairro: Centenário

Em 1957, o Dr. Edvaldo do Ó, então chefe do FUNDACT (Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia), entrou em entendimento com a direção da Rede Ferroviária do Nordeste (RFN), em Recife, para que fosse construído um trecho que ligasse Campina Grande a cidade de Juazeirinho, que teria a estação terminal. O trecho marcaria a comemoração ao cinquentenário da chegada do trem a Campina.

No dia 16 de janeiro de 1957, foi inaugurada a “Estação Nova” pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que cortou a fita verde e amarela diante da multidão. Partiu o trem a pouco menos das 13 horas.

Em estilo protomodernistas e art déco, possuindo um mural externo decorado, a “Estação Nova” assemelha-se muito ao prédio dos Correios e Telégrafos (inaugurado em 1950) em sua estrutura, traços e até num peculiar relógio acima da torre.

Além das autoridades campinenses, como o então prefeito da época, Elpídio Josué de Almeida (1955-1959), acompanhava o presidente Kubitschek uma grande comitiva formada pelos ministros Lúcio Meira (Viação), Percival Barroso (Trabalho), general Nelson de Melo (Chefe da Casa Militar da Presidência da República), o Dr. Cleanto Paiva Leite (Chefe do Gabinete do Ministro da Viação), entre outros.

Além de ponto de passagem para o transporte de cargas e passageiros, a “Estação Nova” serviu por muito tempo como lugar de lazer e encontro para a mocidade que morava circunvizinhas.

Embora em descaso, em si ainda funcionou os serviços de monitoração dos trens cargueiros. O prédio encontra-se em abandono, embora seja tombado pelo IPHAEP.

Considerações Finais

Deparamo-nos, através das entrevistas com alguns habitantes, com uma Campina bem mais sensível, no que se refere a “viver”. Festas, diversões, acontecimentos, pessoas, aflições, problemas, trouxeram uma memória, em termos, saudosa. Percebemos que a Campina Grande pacata e ordeira, trazia em seu universo calmo, uma já admirável mudança de estrutura e comportamento. A intensificação de sua modernização, iniciada nas décadas de 1930-40, abriu-se ao entendimento de todos, quando bruscamente “ornamentou-se/organizou-se” a velha cidade durante o mandato do prefeito Vergniaud Wanderley.

Criou-se um novo espaço urbano: ampliaram ruas e outras foram diminuídas; construiu-se, sob a destruição de muitos prédios; alguns costumes ou tradicionais/originais aspectos da vida social foram abandonados ou reajustados para um novo tempo, que agradou alguns, frente as facilidades que criaram; decepcionou outros, que encontraram na ocupação do progresso a perda de sua identidade e o acúmulo de problemas.

Alguns guardam admiração pelas marcas que não deviam ter sido apagadas, e respeitam/apoiam a preservação daqueles que ainda persistem, como forma de se rememorar e entender o passado. Apenas um ou outro opõe-se a estes mesmos propósitos, preocupações ou saudosismo.

Embora a maioria expresse saudosismo, percebemos que as dificuldades de hoje são suportáveis frente aos benefícios que o progresso trouxe às suas vidas, pois não descuidam em afirmar que os avanços tecnológicos foram bons para a cidade, mesmo gerando alguns problemas, principalmente de ordem social.

Enquanto ao nosso trabalho, buscamos de forma responsável, estudar e trabalhar pelo conhecimento dos bens históricos da cidade. Entendemos, enquanto desenvolvemos a pesquisa, que em Campina ainda existe um rico acervo a respeito deste patrimônio histórico, que pode, como dizia CASTROGIOVANNI (2000), ser resgatado e enaltecido como micro

história local/regional, quebrando com aquele pensamento etnocêntrico que os maiores e mais importantes monumentos estão distantes de nós (Idem, p. 109). O acervo de bens históricos campinenses deve ser inserido como parte de um processo evolutivo também global, mas que retém suas especialidades.

Também sentimos o quanto é difícil conscientizar para o valor de se guardar e conservar estes documentos edificados. O mesmo se diga a especulação imobiliária, inimiga de preservação da memória, tratando o espaço apenas como mera mercadoria de valor econômico, desprovida de qualquer importância histórica ou cultural para a população e a cidade. Um caso ocorrido em Campina Grande pode servir de confirmação para nossos apontamentos e se deu com o antigo prédio da Sociedade Beneficente dos Artistas, construído em 1929 em estilo “Nouveau Français”, demolindo em fevereiro-2000, vítima da especulação imobiliária, que não sofreu nenhuma ação por parte das autoridades competentes ao caso. E correntemente Campina Grande vem perdendo algum bem material, desmemoriando-se mais e mais.

Assim, concordamos com BRESCIANNI (1998) quando ela expressa que falta uma “consciência de patrimônio”, de preservação, aliada à noção de identidade, memória e cidadania (Idem, pp. 255-256). Acreditamos que os valores dos bens históricos e os reais motivos impulsionadores para uma ação de sua conservação, ainda estejam muito distantes de ser compreendidos, visto que a população se encontra pouco educada ou desconhece a sua representatividade para a cidade, e sem educação não haverá apoio a preservação, pois a preservação depende necessariamente de uma “elucidação popular”, no dizer de LEMOS (1987, p. 84).

Mas é notável também lembrar que muitos “intelectuais” tratam com desdém essa temática, como se o patrimônio histórico fosse algo subjetivo, inexpressivo, como se estudá-lo fosse um desvalor. Para estes, aconselhamos aprofundar seus conhecimentos a respeito da temática com outras obras, ou mesmo retornando à primeira página deste texto, analisando mais uma vez, encontrando as razões para sua realização.

Em meio a tantas dificuldades, falta de entendimento, compreensão e incentivos à preservação do patrimônio histórico, resta-nos atentar para a problemática que a “Rainha da Borborema”, ainda rica em memória, cada vez mais destrona seus valiosos dotes artísticos e culturais, iludindo-se com um futuro de progresso, esse processo “criadoramente destrutivo”.

Referências

Bibliografias

ALMANAQUE DE CAMPINA GRANDE, 1933.

ALMEIDA, Elpídio de (1962). História de Campina Grande. Campina Grande: Livraria Pedrosa.

AMORIN, Léa. (2000) Recortes da Modernidade: a sedução do progresso recria a memória na demolição do patrimônio histórico. IN: GURJÃO, Eliete de Queiróz (org.). Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação. João Pessoa: A União.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1980. Publicações de Anuário da Paraíba LTDA.

BRESCIANNI, Maria Stella. (1998). História e Historiografia das cidades, em percurso. IN: FREITAS, Marcos César. Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto.

CÂMERA, Epaminondas. (1999). Os alicerces de Campina Grande: esboço Histórico-social do povo e da vila (1697-1864). Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação/Núcleo Cultural Português. Campina Grande: Editora Caravela. _____ (1998). Datas Campinenses. Secretaria da Educação e Cultura/Núcleo Cultural Português/RG Editora Gráfica. Campina Grande: Editora Caravela.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (1999). A Cidade. 4ª edição. São Paulo: Contexto.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. (1999). Patrimônio Cultural e Artístico nas cidades paulistas: a construção do lugar. IN: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.) Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec.

DINOÁ, Ronaldo. (1993). Memórias de Campina Grande. 2 vols. Campina Grande: s.n.t.

DOBERSTEIN, Aroldo. (2000). Monumentos públicos, turismo e pós-modernidade. IN: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). Turismo Urbano. São Paulo: Contexto.

- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marisa de Andrade. (1991). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: DTS.
- LEAL, Wills. (1989). O discurso cinematográfico dos paraibanos (ou a História do cinema da/na Paraíba). João Pessoa: A União.
- LEMOS, Carlos. A. C. (1987) O que é patrimônio Histórico. 5ª edição. São Paulo: Editora brasiliense (Coleção Primeiros Passos).
- LIRA, Fabrício. (1999). De Rainha à Plebeia: inventários das transformações urbanas e arquitetônicas em Campina Grande entre 1935-1945. 2 vols. Monografia de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, Natal.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. (1999). A crise da memória. História e documentos: reflexões para um tempo de transformações. IN: SILVA, Zélia Lopes (org.). Arquivo, Patrimônio e Memória: trajetória e Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. (1994). História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3ª edição. São Paulo: Contexto.
- MORAES, José Geraldo V. de. (1994). Cidade e cultura na Primeira República. 4ª edição. Coordenação: Maria Lígia Prado e Maria Capelato. São Paulo: Atual editora (Coleção Discutindo a História do Brasil).
- NÓBREGA Jr, Clóvis Fernandes. (2000). Cassino Eldorado. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura da UEPB, CEDUC. Campina Grande: s.n.t.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. (1997). Ecologia, Cultura e Turismo. 2ª edição. Campinas: Papirus editora.
- PIMENTEL, Cristino. (1958). Pedço da História de Campina Grande. Campina Grande: Livraria Pedrosa.
- _____ (1956). Abrindo o Livro do Passado. Campina Grande: Teone, s/a.
- RIBEIRO, Hortêncio de Souza. (1979). Vultos e Fatos. Secretaria da Educação e da Cultura, Paraíba.
- ROLNIK, Raquel. (1995). O que é cidade. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense (Coleção Primeiros Passos, nº 203).
- SILVA, Josefa Gomes de Almeida. (2000). Raízes históricas de Campina Grande. IN: GURJÃO, Eliete de Queiróz (org.). Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação. João Pessoa: A União.
- SILVA FILHO, Lino Gomes. Síntese histórica de Campina Grande. s.n.t. (Obra inédita).
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (1998). Capitalismo e urbanização. 9ª edição. São Paulo: Contexto.

UCHÔA, Boulanger de Albuquerque. (1963). História Eclesiástica de Campina Grande. Rio de Janeiro: Municiatura Apostólica do Brasil.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. (1998). O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande de 1935-1945. Monografia da conclusão do curso de Bacharelado de UFPB, Campus II, Campina Grande.

Arquivos

ARQUIVO DO JORNAL DA PARAÍBA – PAINEL, Campina Grande, 1994-1995, e de janeiro de 2000 a julho de 2001.

ARQUIVO DO MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CAMPINA GRANDE.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL.

Bibliotecas Particulares

Sr. José Barreto

Dr. Amaury Vasconcelos.